

Relatório Anual 2013



Sumário



Próxima
página



Página
anterior



FUNDAÇÃO
ITAÚSA
INDUSTRIAL





Mensagem da Administração

pág. 3

Missão, Visão e Valores

pág. 3

1 A Fundação Itaúsa

pág. 4

Perfil

pág. 5

Linha do Tempo

pág. 5

Planos e benefícios

pág. 6

Benefício Definido

pág. 6

Plano de Aposentadoria Individual – Plano PAI

pág. 6

Investimentos em comunicação

pág. 8

2 Gestão e governança

pág. 9

3 Desempenho

pág. 11

Consolidado

pág. 12

Plano PAI

pág. 15

Benefício definido

pág. 19

4 Órgãos da Administração

pág. 22

Conselho Deliberativo

pág. 23

Conselho Fiscal

pág. 23

Diretoria Executiva

pág. 23

5 Demonstrações Financeiras

pág. 24

Mensagem da Administração

Ao longo de um ano marcado por fatos econômicos e financeiros adversos que não beneficiaram os fundos de pensão, a Fundação Itaúsa Industrial permaneceu alinhada aos seus princípios de atuação e, apesar de todos os desafios, conseguiu, ao final do exercício de 2013, apresentar resultados positivos comparativamente ao desempenho de todo o segmento. Como acontecimentos mais relevantes no último ano, com impacto no desempenho financeiro de nossos planos, destacamos os efeitos na marcação a mercado de nossas aplicações, decorrentes da mudança na trajetória da taxa de juros básicos da economia e a intensa volatilidade na bolsa de valores. Entretanto, mesmo nesse cenário adverso, conseguimos apresentar resultados superiores aos de fundos do nosso setor, com a valorização consolidada de 1,44% dos nossos ativos financeiros.

A Fundação Itaúsa registrou ainda outras importantes conquistas em 2013. Uma delas foi a aprovação, por parte da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc), do processo de reversão da reserva especial do nosso plano de Benefício Definido, fato que rendeu um valor adicional temporário aos participantes e assistidos de tal plano. Além disso, o último ano marcou uma grande evolução no que tange à comunicação com nossos participantes. O lançamento da primeira edição da Revista Pé-de-Meia, que reúne notícias sobre o mercado previdenciário com uma linguagem de fácil entendimento é uma ação emblemática desse processo evolutivo. Ainda no mesmo contexto, foram iniciadas mudanças em nossos sites, de modo a deixá-los mais amigáveis e que serão divulgadas em breve.

Foi também no último ano que desenvolvemos o planejamento para 2014 de nosso programa de educação previdenciária. As ações que compõem o programa terão início em 2014 e pretendem munir os participantes de informações essenciais, que objetivam balizar melhor suas decisões de investimentos.

Importantes mudanças com foco no aperfeiçoamento do Plano PAI também foram estudadas ao longo de 2013 e serão implantadas em 2014. A partir das avaliações das demandas do nosso mercado próprio, a Fundação decidiu criar três diferentes perfis de investimento, o que permitirá a melhor adequação entre as particularidades individuais dos participantes e as estratégias das carteiras de investimentos. O processo está em aprovação na PREVIC e ainda no primeiro semestre de 2014 cada participante poderá optar entre os perfis iniciais de investimento, a saber: Conservador,

Moderado e Agressivo, que se diferenciam entre si pela composição de investimentos de menor e maior risco agregado. Mais informações a respeito poderão ser encontradas na página 6 deste relatório. Essa mudança marcante no Plano PAI vai ao encontro do compromisso firmado pela Fundação desde o início de suas atividades, de não poupar esforços para administrar os seus planos de previdência com transparência, eficácia, segurança e flexibilidade, além de oferecer alternativas de investimento mais adequadas ao perfil de cada participante.

O otimismo que caracteriza nossas expectativas para 2014 está calçado, em grande parte, nessa importante evolução do Plano PAI, pois entendemos que a partir dela viabilizaremos a participação dos participantes no que se refere ao rumo e risco de seus investimentos. Vale frisar que nosso programa de comunicação permeia essa mudança e que nosso time está determinado a detalhar todas as informações necessárias para nossos participantes ativos e assistidos, de modo a agregar mais segurança, confiança e transparência no momento dessa importante decisão.

Estamos cientes de que enfrentaremos desafios para atingir nossos objetivos com sucesso, em especial pelo que se anuncia em termos de cenário econômico nacional e internacional. Mas estamos confiantes em nossos gestores e em nossos controles internos, acreditando que por meio deles nos manteremos firmes na busca pela excelência operacional de nossas atividades e adequado preenchimento das demandas de nossos participantes e assistidos. O último ano representou um importante aprendizado em todos os sentidos aos nossos gestores e rapidamente adotamos medidas que nos fortaleceram e nos deixaram melhor preparados para 2014 e anos vindouros. Nosso sentimento é de otimismo e bastante confiança no futuro.

Reinaldo Rubbi
Presidente da Fundação Itaúsa Industrial

Missão, Visão e Valores

Missão

Administrar planos de benefícios de natureza previdenciária de modo íntegro, eficaz e transparente, satisfazendo as expectativas de gerenciamento patrimonial dos participantes.

Visão

Ser reconhecida como entidade fechada de previdência complementar que se destaca por sua excelência e eficiência na gestão dos recursos administrativos e do patrimônio dos participantes, assistidos e patrocinadores.

Valores

Comprometimento, responsabilidade, prudência, ética, legalidade, valorização humana, transparência, eficiência, eficácia e sustentabilidade.



Sumário



Próxima
página



Página
anterior



Sumário



Próxima
página



Página
anterior

4

1

A Fundação Itaúsa

Perfil

Instituída em 2001 (originária da Aricanduva Previdência, instituída em 1994), a Fundação Itaúsa Industrial é uma entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos, que tem como objetivo administrar os planos de aposentadoria patrocinados pelas empresas industriais que compõem o conglomerado Itaúsa – Duratex, Elekeiroz, Itaúsa Empreendimentos e Itaotec.

Lançado concomitantemente ao ano do início das atividades da Fundação, o Plano de Contribuição Definida (PAI-CD) compreende, atualmente, 94% dos participantes dos planos administrados pela instituição. Os 6% restantes correspondem aos participantes do Plano de Benefício Definido (BD), fechado para novas adesões.

Guiada pela ética e pela ciência da importância do planejamento com vistas ao momento da aposentadoria, a Fundação Itaúsa opera sob um modelo de gestão que busca a obtenção dos melhores resultados financeiros sobre o patrimônio dos participantes e assistidos. E é com base nesse objetivo que a entidade trabalha com foco na diversificação das aplicações, buscando equilibrar opções que de fato agreguem positivamente ao portfólio de investimentos.

A Fundação Itaúsa também se mantém atenta ao compromisso de se comunicar com os integrantes dos planos com agilidade e transparência. Para isso, disponibiliza canais específicos de atendimento, como o site (www.funditausaind.com.br) e os contatos diretos de e-mail (pai@funditausaind.com.br) e telefone (11 3179-7453).

A rotina de atividades da Fundação Itaúsa Industrial é baseada em sólidos princípios:

- Oferecer o melhor serviço possível aos participantes, observando a política da entidade, suas normas internas e a legislação em vigor;
- Agregar valor e qualidade em todas as ações adotadas;
- Prestar contas de suas ações e assumir responsabilidade por suas decisões;
- Adotar postura ética e transparente;
- Garantir a equidade e a justiça nas ações dos profissionais que compõem o quadro da Fundação.

Linha do tempo

2001

Lançamento do Plano PAI, que permitiu a migração dos participantes do plano BD da Itaotec.

2003

Extensão do Plano PAI aos profissionais recém-admitidos das empresas Duratex e Elekeiroz.

2004

Incorporação da Fundação Duratex (fundada em 1977) e transferência do Plano BD da Itaúsa Empreendimentos, da Fundação Itaúbanco para a Fundação Itaúsa Industrial.

2005

Migração para o Plano PAI dos planos BD da Duratex e Itaúsa Empreendimentos.

2006

Todas as patrocinadoras passam a oferecer contrapartida de 100% sobre as contribuições básicas dos participantes ativos.

2007

Fusão dos três planos de Benefício Definido: Duratex, Itaotec e Itaúsa Empreendimentos, permitindo maior racionalização e eficiência.

2009

Colaboradores da Satipel – que se uniu à Duratex – passam a aderir ao plano Plano PAI, administrado pela Fundação Itaúsa Industrial.

2011

Plano PAI completa dez anos e reafirma sua posição como importante ferramenta para a formação de um futuro mais promissor aos beneficiários. Dos 11.115 participantes da Fundação neste ano, 10.419 estão vinculados a ele.

2012

O regulamento do Plano PAI passa por alterações com o intuito de torná-lo mais atrativo e flexível para os participantes. Entre as mudanças estão a redução do tempo de vinculação ao plano exigido para o requerimento do benefício de aposentadoria normal, e a ampliação do período de recebimento do benefício.

2013

Investimentos significativos em comunicação com os participantes e também na elaboração do programa de educação previdenciária. Outro marco do ano foi a aprovação do processo de reversão da reserva especial do Plano BD, bem como o trabalho de estruturação de três perfis de investimento para o Plano PAI, que passarão a valer em 2014.



Sumário



Próxima
página



Página
anterior

Planos e benefícios

A Fundação Itaúsa Industrial é responsável pela gestão de dois planos de previdência complementar, sendo um de Contribuição Definida (Plano PAI) e outro no modelo de Benefício Definido (BD). Somados, tais planos integram 10.922 participantes, sendo 6.311 ativos, 3.743 assistidos e 868 vinculados, e compõem um patrimônio superior a R\$ 1,9 bilhão. Em 2013, a rentabilidade consolidada dos dois planos foi de 1,44% e os benefícios pagos ao longo do exercício totalizaram R\$ 70 milhões.

Benefício Definido

Formado exclusivamente por contribuições das patrocinadoras, o Plano BD está fechado para novas adesões. O montante aplicado pelas empresas compõe as reservas para futuros pagamentos de benefícios, cujo cálculo é realizado com base em fatores como idade, tempo de participação no plano, salários, entre outros.

Em março de 2013, a Fundação Itaúsa registrou uma importante conquista envolvendo os participantes e assistidos do Plano BD. No referido mês, a Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc) autorizou a destinação de reserva especial, por meio da reversão de valores aos participantes, assistidos e às patrocinadoras. Os assistidos recebem um valor adicional temporário, somado ao benefício previsto mensalmente. No caso dos participantes ativos e vinculados, os valores estão sendo acumulados, de forma a serem pagos no momento da aposentadoria ou no desligamento do plano.

O Plano BD fechou o último ano com a soma de 660 participantes, sendo 55 ativos, 67 vinculados e 538 assistidos. Além disso, dispunha de recursos para investimento que totalizavam R\$ 262 milhões e finalizou o ano com uma rentabilidade de 1,28%. Se analisarmos o desempenho do plano tendo em vista o cenário econômico nacional podemos caracterizá-lo como positivo, mesmo diante de um percentual de crescimento abaixo do esperado em comparação ao ano exercício anterior. Ao longo de 2013 foram pagos em torno de R\$ 36,3 milhões em benefícios.

Os benefícios que integram o Plano BD são: complementação de aposentadoria especial, por tempo de contribuição, idade, invalidez, renda mensal vitalícia, prêmio por aposentadoria, pecúlio por morte e auxílio-funeral.

Plano de Aposentadoria Individual – Plano PAI

Tendo encerrado o exercício de 2013 com 10.262 participantes, o que representa 94% do total de integrantes dos planos geridos pela Fundação, o Plano PAI permite a adesão dos colaboradores das patrocinadoras, que por sua vez contribuem igualmente com o montante aportado mensalmente pelos participantes.

Assim, o cálculo dos benefícios se dá com base na soma das contribuições dos participantes e das patrocinadoras e o valor do retorno dos investimentos. Seguindo tal política de gestão, o PAI foi responsável pelo pagamento de R\$ 28,4 milhões em benefícios ao longo de 2013. Os resgates, por sua vez, foram de R\$ 5,7 milhões enquanto que as contribuições somaram R\$ 17,7 milhões, valor 5,6% superior comparado ao ano passado.

Ao final do último exercício, o plano totalizava R\$ 1,7 bilhão em ativos, com aplicações segmentadas da seguinte maneira: 88,5% em renda fixa, 10% em renda variável, 1% em investimentos estruturados e 0,5% em operações com participantes.

Mesmo em um ano turbulento como o de 2013, caracterizado por efeitos decorrentes da mudança na trajetória da taxa de juros e pelo desempenho negativo da bolsa de valores, marcado por uma intensa volatilidade, a rentabilidade do Plano PAI foi de 1,46%, superior à mediana de planos semelhantes.

Novidades no Plano PAI

Em 2013, a Fundação Itaúsa preparou as bases para aperfeiçoar o Plano PAI. Estudou os cenários interno e externo e tomou a decisão estratégica de criar perfis de investimento para esse plano. Na prática, vai oferecer ao participante a oportunidade de decidir como a Fundação deve aplicar seu investimento previdenciário de acordo com a sua tolerância individual aos riscos do mercado.

Foram definidos três perfis:

- **Conservador:** participante que deseja uma rentabilidade previsível, mesmo que abdique de possibilidade de retornos maiores. Sua tolerância aos riscos é reduzida e, portanto, seus investimentos devem ser focados em títulos de renda fixa de curto prazo.
- **Moderado:** este participante possui uma maior tolerância aos riscos em prol de uma maior rentabilidade, mas não quer se arriscar totalmente. Seus investimentos terão, em sua maioria, ativos de renda fixa, mas haverá exposição em renda variável.
- **Agressivo:** participante mais tolerante aos riscos. Aceita a possibilidade de perdas no curto prazo, pois acredita em maior retorno no longo prazo. Seu investimento ideal é em papéis de renda fixa de longo prazo, renda variável e ativos reais. Permite maior exposição em ações.

A novidade será implementada em 2014, possivelmente ainda no primeiro semestre. Todos os participantes deverão optar por um dos perfis. Para tanto, serão orientados adequadamente pela Fundação Itaúsa por meio de comunicação massiva, incluindo matérias, informativos impressos e via internet, entre outras iniciativas (*entenda na pág. 8*). É importante que o participante compreenda plenamente cada um dos perfis, de forma a fazer a opção mais correta. Será possível a troca de perfil futuramente, mas somente após seis meses e mediante algumas regras.



Sumário



Próxima
página



Página
anterior

A mensagem central, contudo, é de que a mudança no plano é positiva e aumenta a flexibilidade aos participantes. No modelo atual, ainda que a alocação dos investimentos em renda fixa, renda variável e outras aplicações seja definida por meio de estudos técnicos, a estratégia é válida de forma única a todos os participantes. Quando a opção pelos perfis for efetivamente operacional, o participante poderá escolher o rumo de seus recursos conforme diferentes níveis de risco, diante dos quais se encontre confortável em assumir.

No intuito de aperfeiçoar o Plano PAI, tornando-o constantemente mais atrativo por meio de um entendimento maior sobre a sua gestão, outras mudanças foram submetidas à aprovação da PREVIC. A previsão é de que ainda no primeiro semestre de 2014 tenhamos um parecer final da autarquia. Mais informações sobre as principais mudanças em vias de ocorrer podem ser conferidas no quadro abaixo.

Outras mudanças no PAI em 2014	
Versão anterior	Versão pós-mudanças
O benefício de renda mensal para o participante que optava pelo recebimento por percentual correspondia a 1% do Saldo de Conta Total.	O participante que opta pelo recebimento de benefício por percentual poderá escolher e alterar a porcentagem entre 0,2% e 1,5% do Saldo de Conta Total. A alteração poderá ser feita anualmente, sempre no mês de outubro, passando a vigorar no exercício seguinte.
A contribuição básica mínima era possível somente para salários que estivessem abaixo de 7 URs (R\$ 3.672,90*).	Todos os participantes, independentemente da faixa salarial, terão a opção de efetuar a contribuição básica mínima, de acordo com o valor estabelecido no regulamento (1% de 7 URs). A opção pela contribuição mínima poderá ser feita em qualquer época, limitada, no entanto, a duas movimentações por ano.
Nova regra.	Inclusão de uma nova modalidade de benefício de aposentadoria que consiste no pagamento de um valor mensal definido pelo participante, de acordo com o seu saldo de conta, e atualizado anualmente pelo INPC/IBGE (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo/Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Esse valor poderá ser recebido por um período mínimo de 5 anos e máximo de 20 anos completos. Quando o participante estiver elegível à aposentadoria (normal ou antecipada), ele poderá optar por essa modalidade de recebimento do benefício.
Nova regra.	O participante ativo ou autopatrocinado poderá solicitar, a seu critério, a suspensão das contribuições pelo período de seis meses ou de um ano. Esses prazos poderão ser prorrogados por igual período, desde que respeitado o limite de dois anos consecutivos, no caso de participante autopatrocinado; e de 12 meses consecutivos, no caso de participante ativo.

* Valor válido para o período de julho de 2013 a junho de 2014.

Investimentos em comunicação

O aperfeiçoamento da comunicação foi um ponto que recebeu especial atenção da Fundação Itaúsa em 2013. Ciente da necessidade de reforçar seus meios informativos, a Fundação lançou a revista Pé-de-Meia, com notícias e matérias de interesse dos participantes. Está trabalhando também em mudanças em seus sites (institucional e direcionado para os participantes), para deixá-los mais amigáveis e informativos. Entre as principais novidades está um simulador de benefícios.

Também em 2013, a Fundação formatou um programa de educação previdenciária, que foi aprovado pela Previc, por meio do qual contribuirá para a conscientização acerca da importância de se planejar para o futuro e também sobre como os fundos de pensão podem ajudar na aposentadoria. As ações do programa serão implantadas a partir de 2014, tendo como objetivo oferecer as ferramentas necessárias para um bom uso dos planos de pensão.

Todos os canais de informação utilizados pela Fundação, aliados às iniciativas educativas, serão de fundamental importância para a compreensão do participante acerca dos perfis criados para o plano Plano PAI e, consequentemente, para uma escolha mais apropriada.



Sumário



Próxima
página



Página
anterior

Nova identidade visual:

A motivação principal que levou a Fundação Itaúsa a repensar suas formas de comunicação com o participante foi a de tornar tal relação mais próxima. Essa aproximação envolveu também a criação de uma identidade visual e uma logomarca institucional para a Fundação, esta que pôde ser sugerida em campanha realizada junto aos próprios participantes. O formato escolhido pela diretoria foi encaminhado a uma agência para adaptação profissional. A receptividade com a campanha foi alta: mais de 400 sugestões foram enviadas à Fundação. A escolhida pode ser conferida neste material.

FUNDAÇÃO
ITAÚSA
INDUSTRIAL





2

Gestão e Governança



Um processo contínuo de aperfeiçoamento e modernização da gestão e dos controles internos. Assim podemos caracterizar a essência da governança corporativa da Fundação Itaúsa Industrial, que prima pela eficiência e pela responsabilidade na administração dos planos de benefícios. A partir desse posicionamento, a Fundação busca constantemente agregar valor ao patrimônio de seus participantes e assistidos, sempre alinhada a princípios como ética, transparência e sustentabilidade, estes que norteiam a condução de todas as suas atividades.

Focada na qualidade e na confiabilidade que devem caracterizar a gestão de recursos de terceiros, a Fundação busca reter e motivar uma equipe interna multidisciplinar, que se mantenha alinhada às políticas de constante aperfeiçoamento das patrocinadoras no tocante à atuação junto aos públicos de interesse. No último ano, esse time de profissionais evoluiu na adequação do regulamento dos planos às necessidades dos participantes, na medida em que alocou gestores especializados para gerenciar recursos em todos os segmentos, fato que impactou diretamente o bom resultado do exercício mesmo frente às intempéries sofridas pelo mercado de fundos de pensão.

O estudo para a estruturação e formas de gestão de diferentes perfis de investimento foi uma ação de destaque no último ano. Com o objetivo de oferecer aos participantes possibilidades de investimentos condizentes a seus perfis, a Fundação se debruçou, ao longo de 2013, no desenho dessa evolução.

A administração e a fiscalização das atividades da Fundação Itaúsa Industrial funcionam em três instâncias: Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal e Diretoria Executiva. Os conselhos são formados por seis integrantes, sendo quatro indicados pelas patrocinadoras e dois representantes dos participantes e assistidos. Cada conselheiro, que possui mandato de dois anos, deve preencher requisitos pré-determinados pelo Estatuto Social da Fundação Itaúsa Industrial. Por sua vez, a Diretoria Executiva é composta por membros designados pelas patrocinadoras.

CONSELHO DELIBERATIVO

Este Conselho tem como função deliberar sobre a elaboração e alteração de normas e regulamentos dos planos e benefícios administrados pela Fundação; examinar contas e propostas apresentadas pela Diretoria Executiva; decidir por alterações de novos benefícios; analisar a admissão e exclusão de patrocinadoras, entre outras atribuições previstas no Estatuto Social da Fundação.

CONSELHO FISCAL

Responsável pela fiscalização da Fundação, cabendo a ele zelar pela eficácia da gestão econômico-financeira e atuarial da entidade, bem como pelo cumprimento de normas legais, regulamentares e princípios éticos a eles aplicáveis.

DIRETORIA EXECUTIVA

Tem por função administrar a Fundação e viabilizar as decisões aprovadas pelo Conselho Deliberativo, com foco na melhoria contínua da qualidade dos serviços prestados aos participantes.



Sumário



Próxima
página



Página
anterior



3

Desempenho

O ano de 2013 foi marcado por muitos desafios para o mercado financeiro. A deterioração de alguns fundamentos da economia brasileira, acompanhada do aumento nas taxas de juros, reverteu-se em impactos negativos nos investimentos, principalmente nos de renda variável.

A Fundação, tendo até 2013 uma única estratégia de investimentos no Plano PAI, planejou suas aplicações de acordo com um cenário que prometia ser de juros mais baixos, com manutenção da exposição em títulos públicos indexados à inflação (NTN-B) e em fundos de investimentos em ações. A deterioração do contexto econômico acabou prejudicando essa estratégia. Como exemplo, o Ibovespa, principal indicador do comportamento das ações negociadas na Bovespa, caiu 15% em 2013.

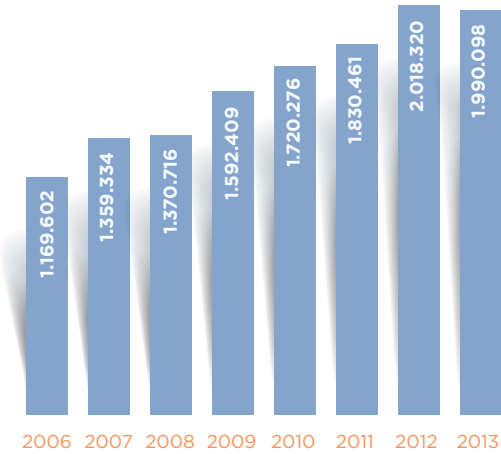
Dentro dessa conjuntura desfavorável, a Fundação Itaúsa conseguiu se destacar ligeiramente dos demais fundos de pensão e terminar o ano com rentabilidade de 1,44%. O Plano BD manteve o superávit e, no caso do Plano PAI, o índice foi baixo, porém superior à mediana do mercado (1,39%), segundo dados da Risk Office, consultoria de risco e investimentos da Fundação. Esse desempenho foi possível devido à terceirização da gestão dos recursos, o que conferiu maior profissionalismo a essa atividade e permitiu variar mais as aplicações entre renda fixa e variável. Essa foi uma evolução importante, pois aumenta a possibilidade de gerar bons resultados nos próximos anos, em especial neste momento em que o Plano PAI ganha perfis de investimento. É importante mencionar que a Fundação está sempre acompanhando o trabalho dos gestores e discutindo os resultados em reuniões periódicas, cobrando melhoria de performance e dinamismo na gestão.

Para 2014, a expectativa é de alta volatilidade, pontuada pelas eleições e pela realização da Copa do Mundo no Brasil. O País pode, inclusive, receber uma eventual reclassificação de seu grau de risco, a depender das ações do Governo para promover ajustes de ordem fiscal. Alguns movimentos da Europa e dos EUA devem afetar a taxa de câmbio e, consequentemente, a economia brasileira. A Fundação Itaúsa, contudo, está otimista quanto ao seu desempenho em virtude dos movimentos de aperfeiçoamento da gestão realizados em 2013.

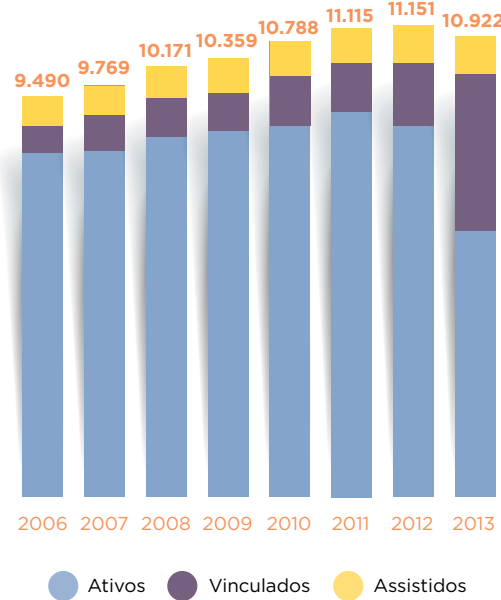
Consolidado

Rentabilidade consolidada	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Rentabilidade	19,09%	17,15%	1,84%	17,80%	9,29%	8,10%	14,03%	1,44%
Poupança	8,33%	7,76%	7,90%	7,09%	6,81%	7,50%	6,59%	5,64%
CDI	15,00%	11,80%	12,37%	9,90%	9,74%	11,62%	8,41%	8,05%
INPC	2,81%	5,15%	6,48%	4,10%	6,47%	6,08%	6,20%	5,56%

Investimentos da Fundação



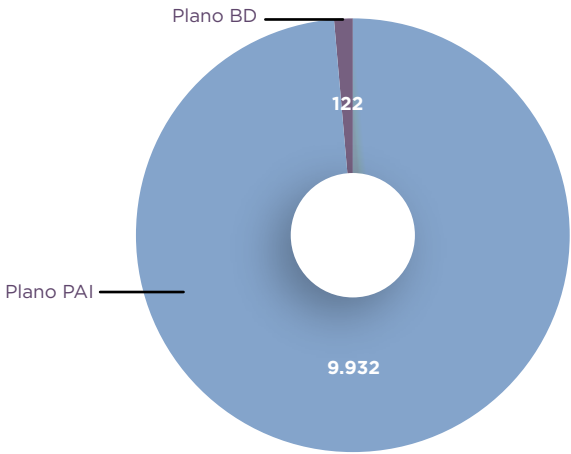
Participantes



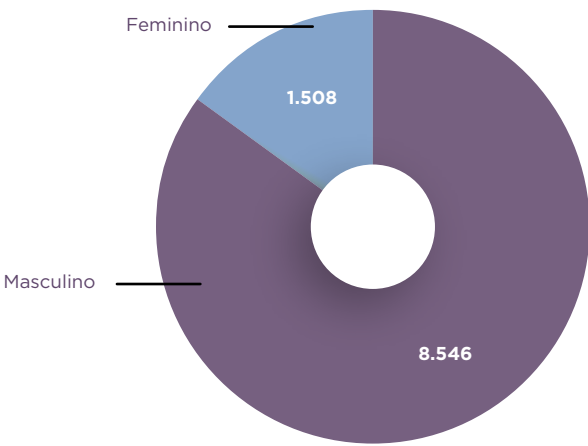
Distribuição dos Investimentos				2012			2013		
Segmentos	R\$ mil	% Total	Rentabilidade	R\$ mil	% Total	Rentabilidade	R\$ mil	% Total	Rentabilidade
Renda Fixa	1.800.704	89,2%	22,8%	1.768.040	88,8%	2,1%			
Renda Variável	205.919	10,2%	34,9%	196.974	9,9%	-3,4%			
Investimentos Estruturados	-	-	-	17.789	0,9%	4,8%			
Operações com participantes	11.697	0,6%	8,0%	7.763	0,4%	9,6%			
Total	2.018.320	100,0%	24,58%	1.990.099	100,0%	1,44%			

Distribuição dos participantes - Ativos e vinculados

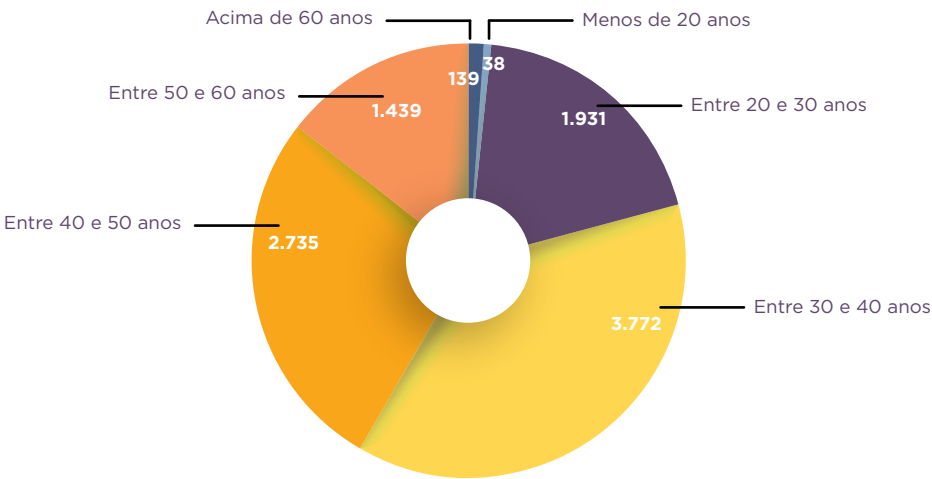
Distribuição por plano



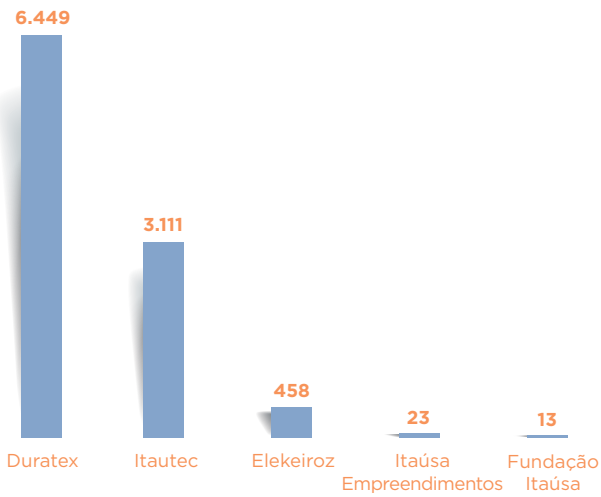
Distribuição por gênero



Distribuição por faixa etária

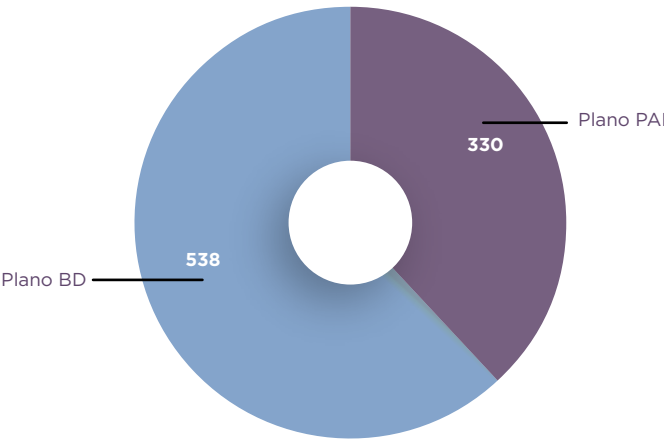


Distribuição por patrocinadora

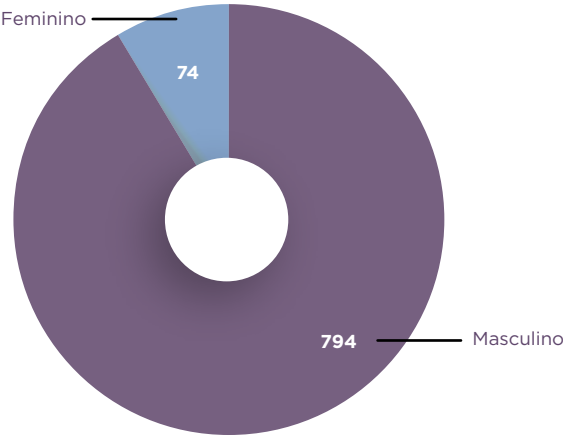


Distribuição dos participantes - Assistidos

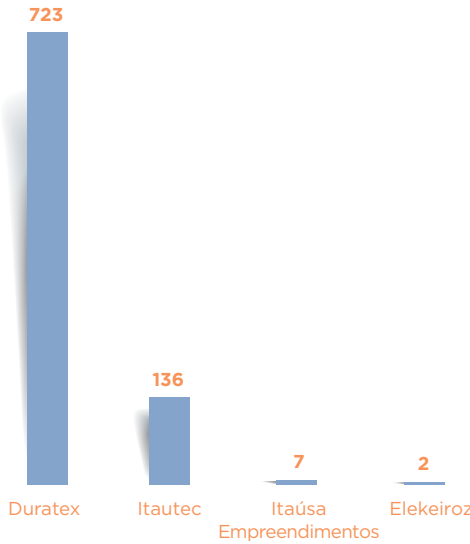
Distribuição por plano



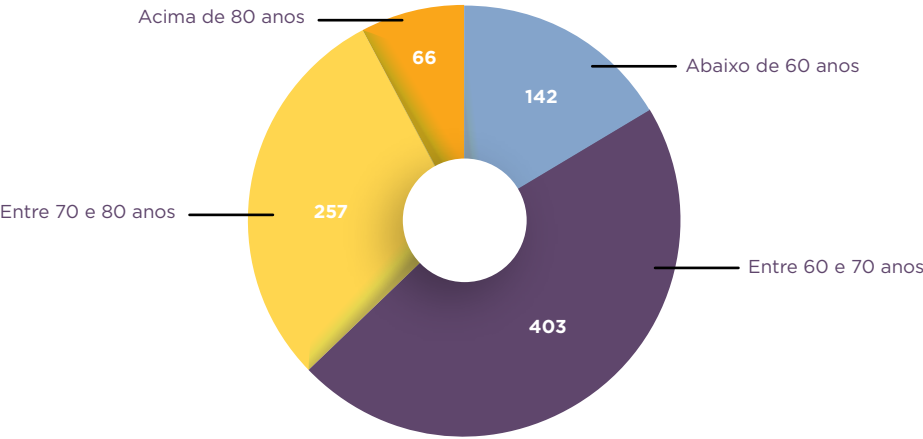
Distribuição por gênero



Distribuição por patrocinadora



Distribuição por faixa etária

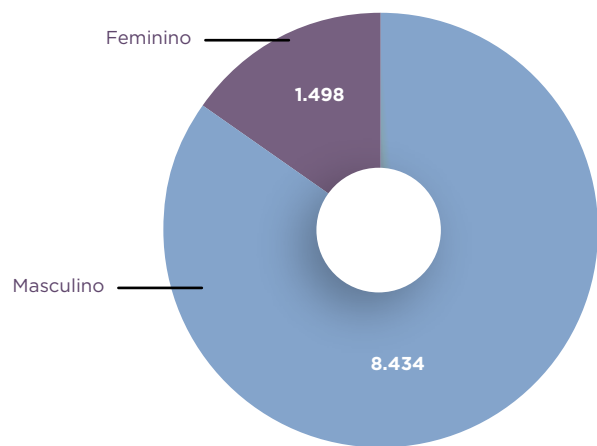


Plano PAI

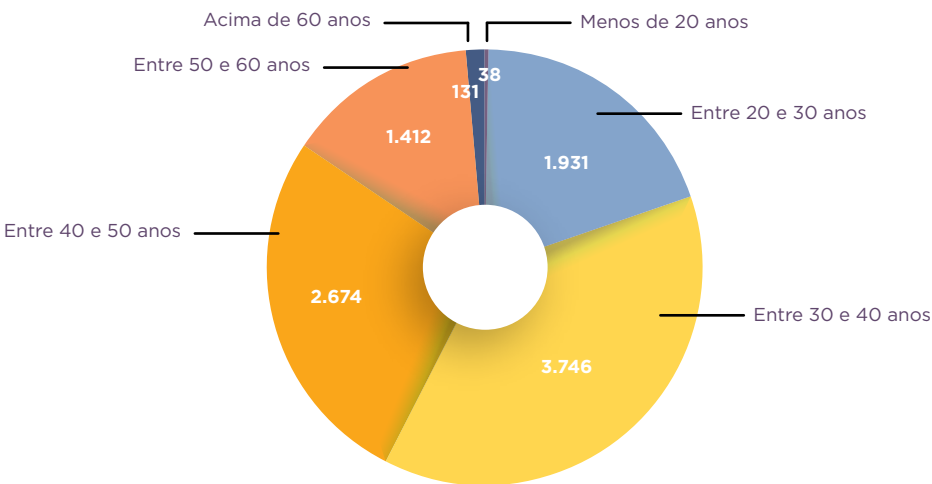
Até 2012, o Plano PAI vinha obtendo rendimentos anuais 53% acima do Índice de Referência (rentabilidade esperada para a manutenção do benefício futuro) e 10% maiores que o CDI, ultrapassando a inflação (INPC), com ganho real aproximado de 8% ao ano. Em 2013, o contexto mercadológico afetou esse desempenho, fazendo com que os rendimentos anuais ficassem abaixo dos índices citados. Ainda assim, a rentabilidade ficou acima da mediana do mercado.

Distribuição dos participantes - Ativos e vinculados

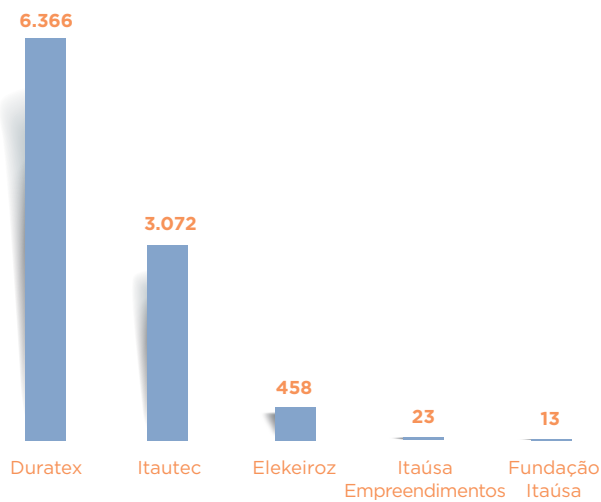
Distribuição por gênero



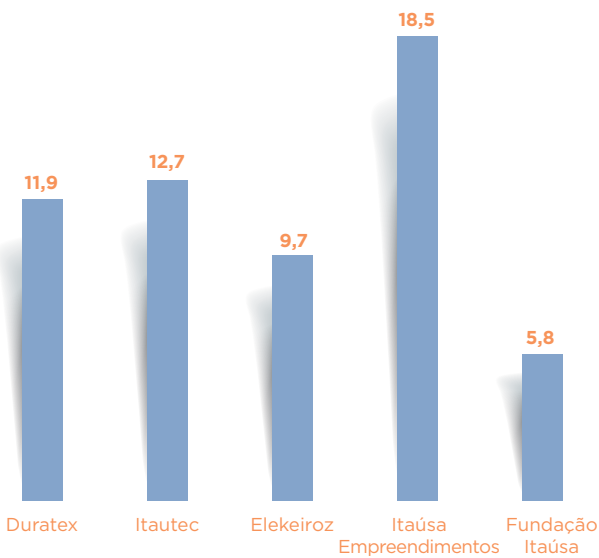
Distribuição por faixa etária



Distribuição por patrocinadora

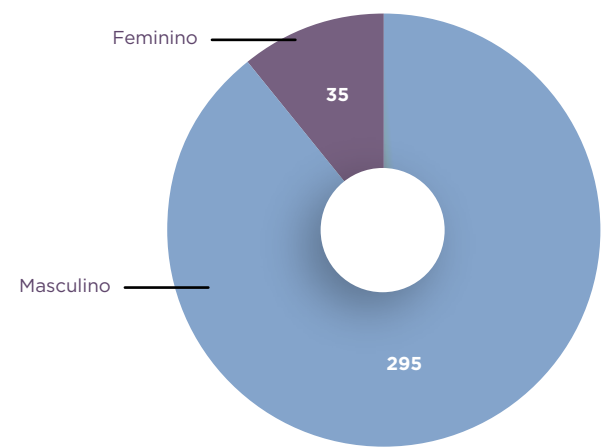


TVP (Tempo de Vinculação ao Plano)

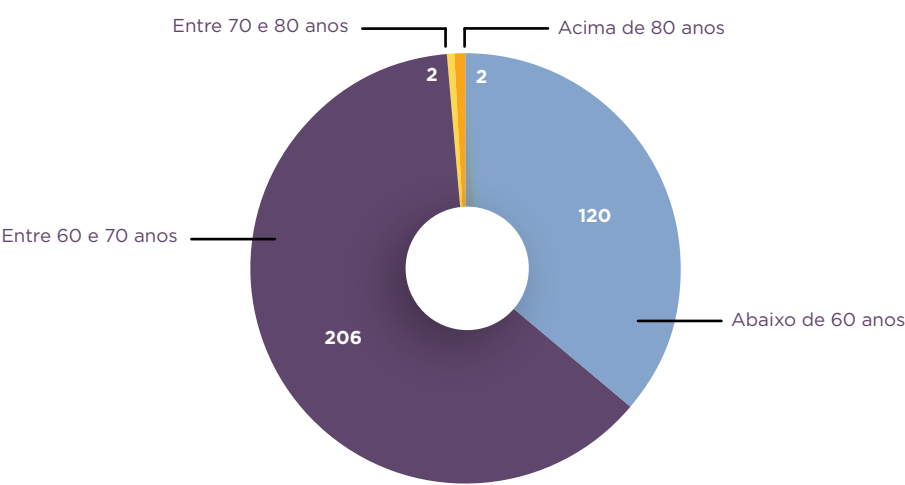


Distribuição dos participantes - Assistidos

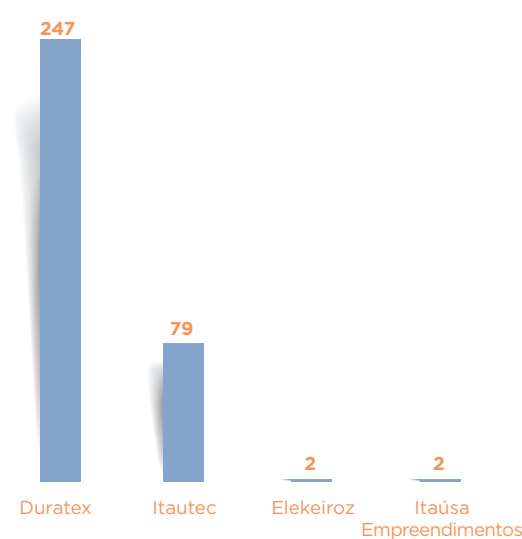
Distribuição por gênero



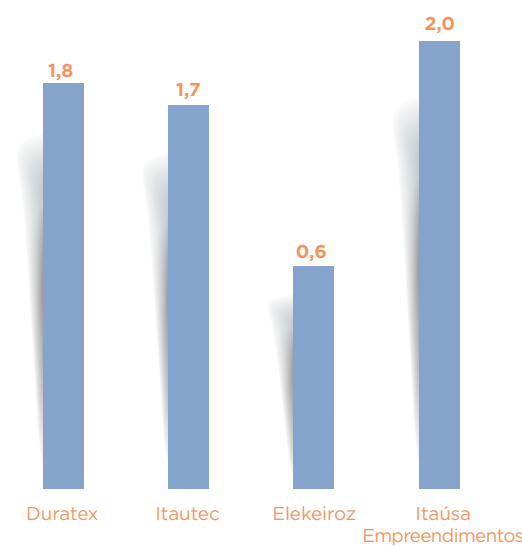
Distribuição por faixa etária



Distribuição por patrocinadora



TMA (Tempo Médio Assistido)



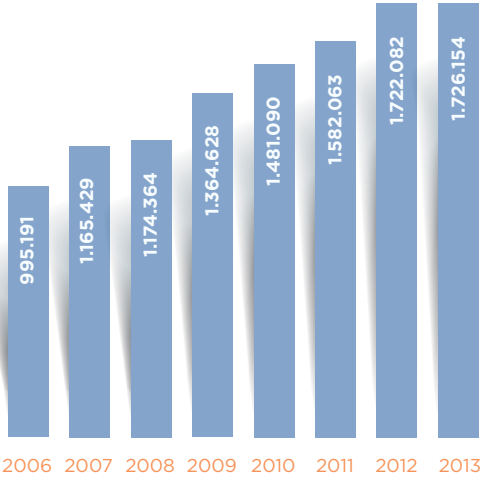
Rentabilidade do Plano PAI	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Rentabilidade da cota	19,00%	18,10%	1,60%	17,30%	9,30%	8,10%	12,00%	1,46%
Índice de referência	10,02%	14,37%	11,80%	9,30%	9,77%	11,62%	8,62%	10,46%
Poupança	8,41%	7,80%	7,74%	7,09%	6,81%	7,50%	6,59%	5,64%
CDI	15,00%	11,80%	12,37%	9,90%	9,74%	11,62%	8,41%	8,05%
INPC	2,81%	5,15%	6,48%	4,10%	6,47%	6,08%	6,20%	5,56%
Ibovespa	-5,49%	43,65%	-41,22%	82,66%	1,04%	-18,11	7,40%	-15,51%

	Rentabilidade do Plano PAI - 2013	
	Bruta	Líquida
Renda Fixa	2,16%	2,08%
Renda Variável	-0,83%	-3,40%
Operações com Participantes	9,99%	9,61%
Investimentos Estruturados	6,81%	4,77%
Total	1,89%	1,46%

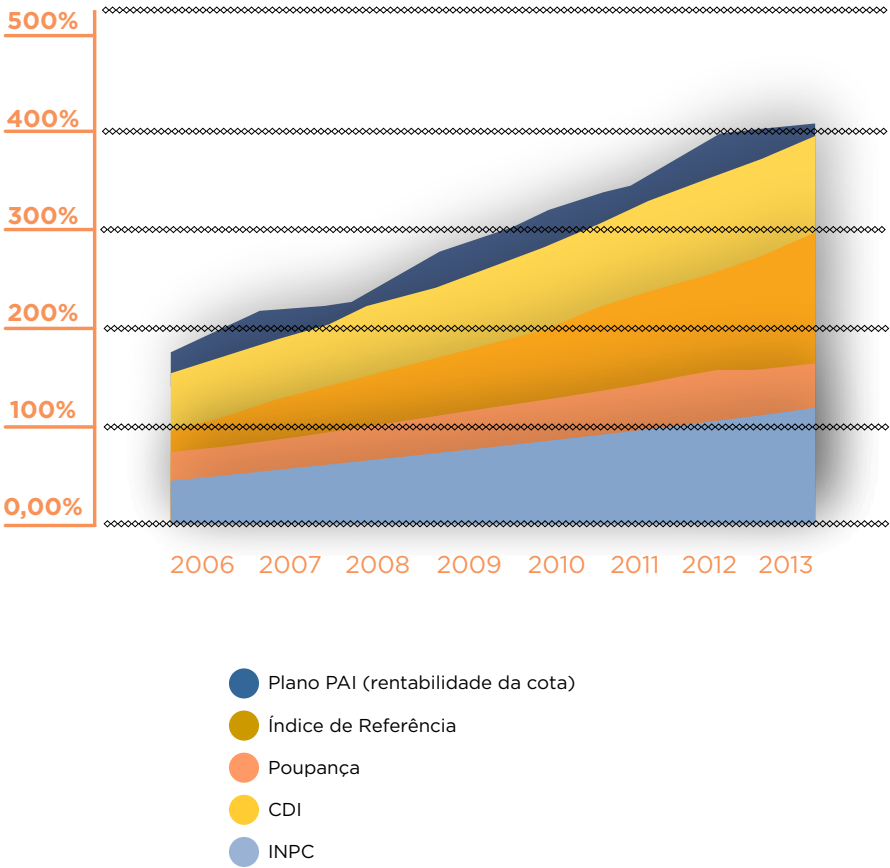
Obs.: A rentabilidade líquida está deduzida das despesas administrativas dos investimentos, mas não das despesas administrativas do Plano PAI.

A rentabilidade bruta representa a rentabilidade dos ativos das carteiras antes da incidência de taxa de administração.

Investimentos do Plano PAI



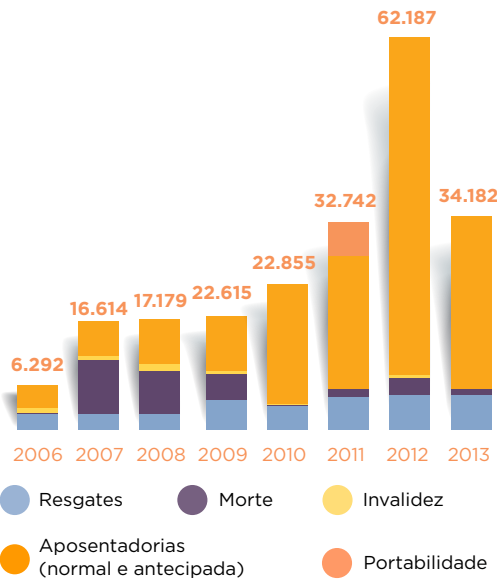
Rentabilidade do plano PAI - acumulado



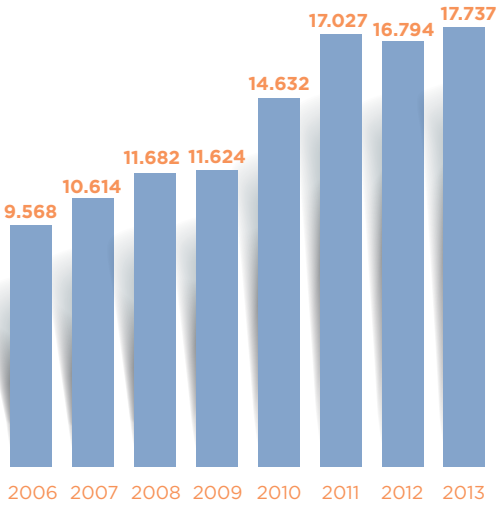
Participantes	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Ativos	7.978	8.082	8.398	8.529	8.703	9.048	8.761	6.256
Vinculados	634	810	896	920	1.182	1.151	1.445	3.676
Assistidos	57	94	120	171	194	220	266	330
Total	8.669	8.986	9.414	9.620	10.079	10.419	10.472	10.262

Distribuição dos Investimentos - Plano PAI						
Segmentos	2012			2013		
	R\$ mil	% Total	Rentabilidade	R\$ mil	% Total	Rentabilidade
Renda Fixa	1.507.126	87,5%	11,3%	1.505.422	87,2%	2,1%
Renda Variável	203.261	11,8%	22,0%	194.988	11,3%	-3,4%
Investimentos Estruturados	-	-	-	17.789	1,0%	4,8%
Operações com participantes	11.696	0,7%	8,6%	7.762	0,4%	9,6%
Total	1.722.083	100,0%	12,0%	1.725.961	100,0%	1,5%

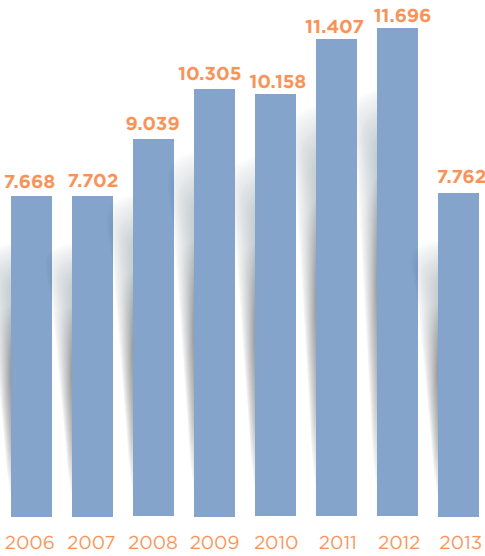
Pagamentos de benefícios e resgates (em milhares de reais)



Contribuições (em milhares de reais)



Empréstimos (em milhares de reais)



Valores referentes ao saldo no final de cada período.

Empréstimos

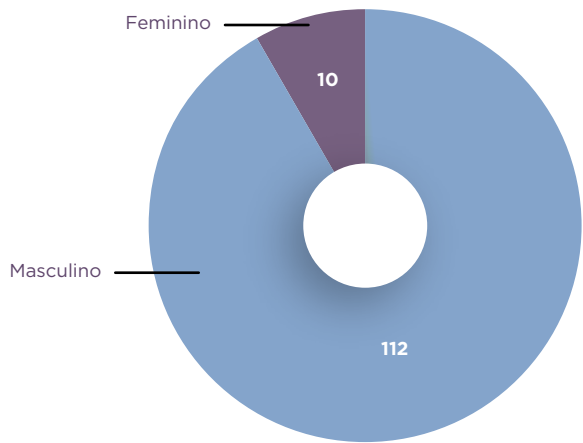
O participante ativo do Plano PAI também pode solicitar empréstimos, desde que tenha mais de seis meses de trabalho em alguma das empresas patrocinadoras. As vantagens são as taxas de juros competitivas e a possibilidade de pagamento em até 24 meses.

Em 2013 foram concedidos R\$ 8,94 milhões em empréstimos, com uma média de 223 concessões por mês.

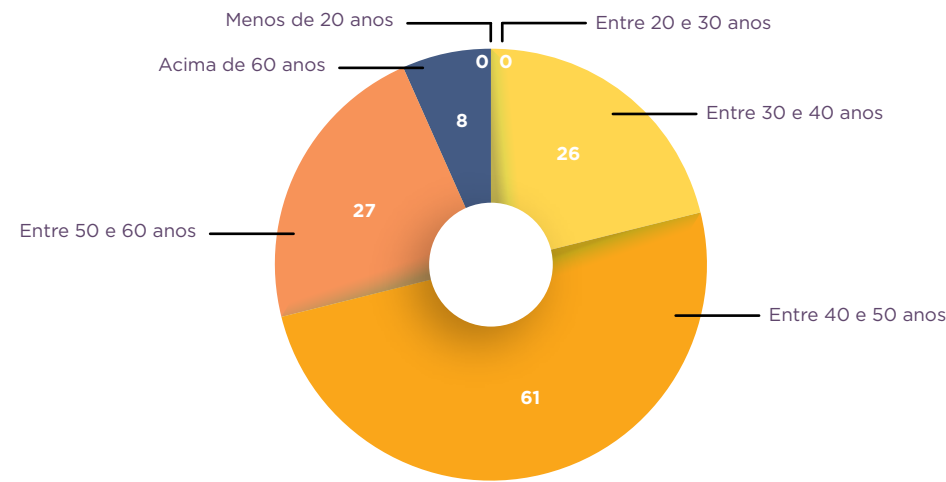
Benefício definido

Distribuição dos participantes - Ativos e vinculados

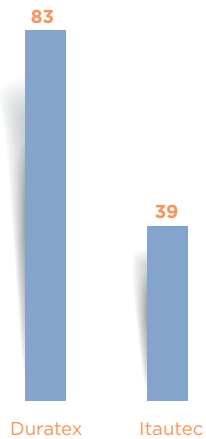
Distribuição por gênero



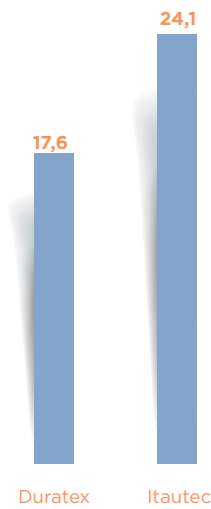
Distribuição por faixa etária



Distribuição por patrocinadora

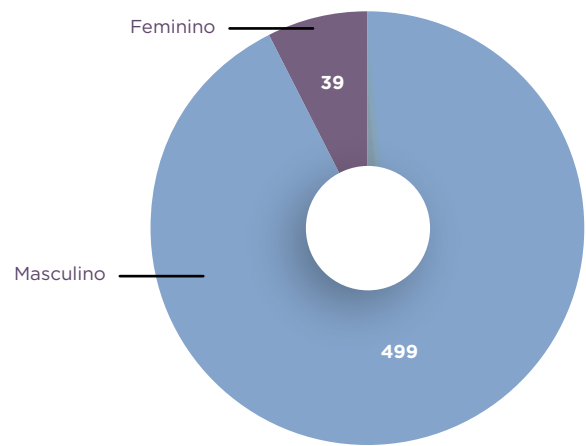


TVP (Tempo de Vinculação ao Plano)

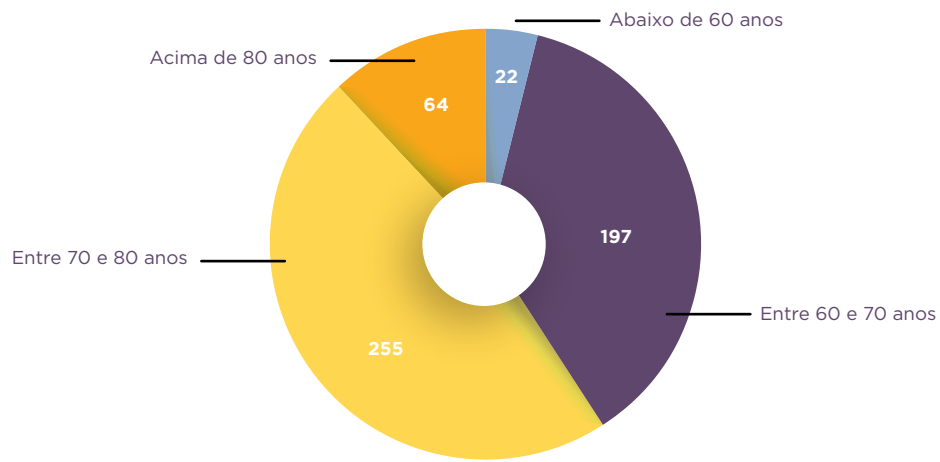


Distribuição dos participantes – Assistidos

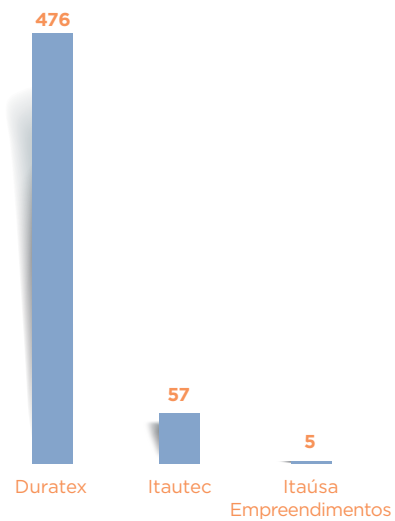
Distribuição por gênero



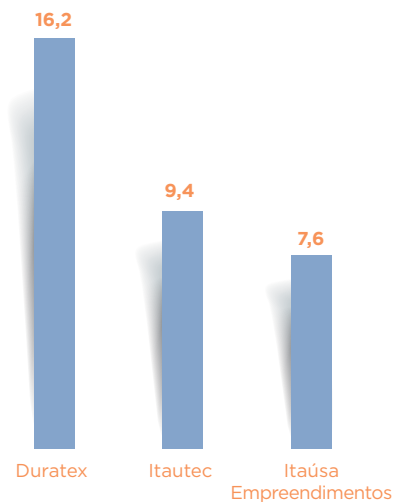
Distribuição por faixa etária



Distribuição por patrocinadora

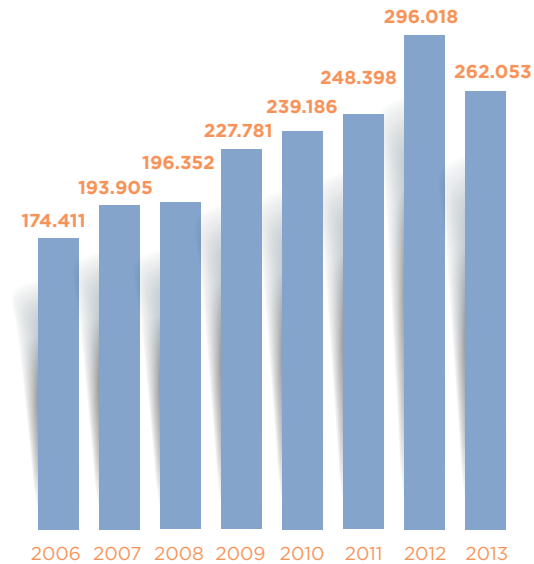


TMA (Tempo Médio Assistido)

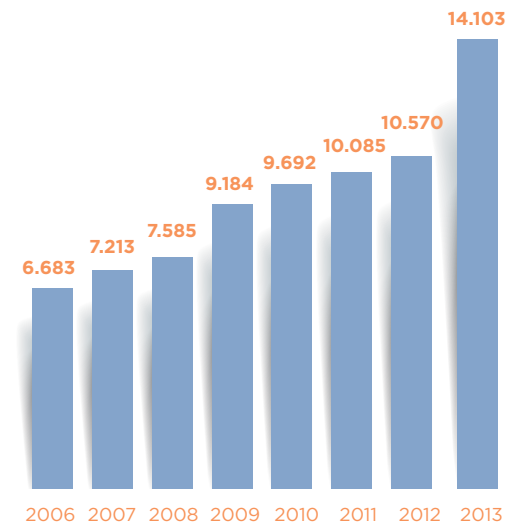


Rentabilidade do Plano BD	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Plano BD	14,20%	5,26%	21,00%	9,27%	8,40%	24,58%	1,28%
Meta Atuarial	13,30%	11,80%	9,30%	11,79%	11,38%	11,51%	9,78%
Poupança	7,80%	7,74%	7,09%	6,81%	7,50%	6,59%	5,64%
CDI	11,80%	12,37%	9,90%	9,74%	11,62%	8,41%	8,05%
INPC	5,15%	6,48%	4,10%	6,47%	6,08%	6,20%	5,56%

Investimentos do plano BD
(em milhares de reais)



Pagamentos de benefícios
(em milhares de reais)



Participantes	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Ativos	169	142	132	119	114	97	85	55
Vinculados	34	31	22	22	19	36	42	67
Assistidos	618	610	603	598	576	563	552	538
Total	821	783	757	739	709	696	679	660

Distribuição dos Investimentos - Plano BD						
Segmentos	2012			2013		
	R\$ mil	% Total	Rentabilidade	R\$ mil	% Total	Rentabilidade
Renda Fixa	293.578	99,1%	22,80%	260.066	99,2%	1,46%
Renda Variável	2.658	0,9%	34,93%	1.986	0,8%	-23,19%
Operações com participantes	1	0,0%	7,95%	1	0,0%	9,63%
Total	296.237	100,0%	24,58%	262.053	100,0%	1,28%



Sumário



Próxima
página



Página
anterior

4

Órgãos da Administração

Conselho Deliberativo

Presidente: Raul Penteado de Oliveira Neto⁽¹⁾

Vice-Presidente: João Jacó Hazarabedian⁽¹⁾

Conselheiros:

Carlos Roberto Zanelato⁽¹⁾

Laerte Setubal Filho⁽¹⁾

Maurício Corrêa da Silva Moura⁽¹⁾

Ricardo José Baraldi⁽¹⁾

Conselho Fiscal

Presidente: José Roberto Deluca

Conselheiros:

Alvaro Penteado de Castro

Antônio Borges da Costa

Irineu Govêa

Ricardo Garcia de Souza

Victor Zavagli Júnior

Diretoria Executiva

Diretor presidente: Reinaldo Rubbi⁽¹⁾

Diretores:

Bayard Picchetto Jr.⁽¹⁾

Carlos Alberto Luchetti⁽¹⁾

Flavio Marassi Donatelli^{(1) (2)}

Reginaldo Appa⁽¹⁾

Roberto Frederico Battaglioli^{(1) (3)}

Gerência:

Herbert de Souza Andrade⁽¹⁾

(1) Profissionais certificados pelo ICSS (Instituto de Certificação dos Profissionais de Seguridade Social) ou pelo IBGC (Instituto Brasileiro de Governança Corporativa)

(2) Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado (AETQ)

(3) Administrador Responsável pelos Planos de Benefícios (ARPB)



Sumário



Próxima
página



Página
anterior



Sumário



Próxima
página



Página
anterior



5

Demonstrações Financeiras

Sumário

Balanço Patrimonial	pág. 26
Demonstração das Mutações do Patrimônio Social	pág. 28
Demonstração do Plano de Gestão Administrativa	pág. 31
Demonstração do Ativo Líquido	pág. 34
Demonstração das Mutações do Ativo Líquido	pág. 36
Demonstração das Provisões Técnicas	pág. 39
Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis	pág. 41
Parecer dos Auditores Independentes	pág. 53
Parecer Atuarial – Plano PAI	pág. 54
Parecer Atuarial – Plano BD	pág. 56
Parecer do Conselho Fiscal	pág. 63
Parecer do Conselho Deliberativo	pág. 63
Resumo do Demonstrativo de Investimentos	pág. 64
Resumo da Política de Investimentos – Plano PAI	pág. 69
Resumo da Política de Investimentos – Plano BD	pág. 70
Resumo da Política de Investimentos – Plano de Gestão Administrativa	pág. 71



Sumário



Próxima
página



Página
anterior

Balanço Patrimonial

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012

R\$ Mil

ATIVO	2013						2012
	PLANOS		Consolidado	PLANOS		Consolidado	
	BD	PAI		BD	PAI		
DISPONÍVEL	32	70	102	14	131	145	
REALIZÁVEL	266.020	1.728.757	1.994.777	299.857	1.722.553	2.022.410	
Gestão Previdencial	-	576	576	-	296	296	
Gestão Administrativa	46	244	290	20	174	194	
Investimentos	265.974	1.727.937	1.993.911	299.837	1.722.083	2.021.920	
Títulos Públicos	-	40.053	40.053	-	25.732	25.732	
Créditos Privados e Depósitos	915	23.758	24.673	817	979	1.796	
Ações	1.986	-	1.986	2.658	9	2.667	
Fundos de Investimento	259.260	1.656.364	1.915.624	292.761	1.683.667	1.976.428	
Empréstimos	1	7.762	7.763	1	11.696	11.697	
Depósitos Judiciais / Recursais	3.812	-	3.812	3.600	-	3.600	
PERMANENTE	-	33	33	-	32	32	
Imobilizado	-	33	33	-	32	32	
TOTAL DO ATIVO	266.052	1.728.860	1.994.912	299.871	1.722.716	2.022.587	

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.



Sumário



Próxima
página



Página
anterior

Balanço Patrimonial

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012

R\$ Mil

PASSIVO	2013			2012		
	PLANOS		Consolidado	PLANOS		Consolidado
	BD	PAI		BD	PAI	
EXIGÍVEL OPERACIONAL	487	1.288	1.775	477	1.185	1.662
Gestão Previdencial	398	376	774	328	864	1.192
Gestão Administrativa	43	663	706	131	266	397
Investimentos	46	249	295	18	55	73
EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	3.146	-	3.146	2.975	-	2.975
Investimentos	3.146	-	3.146	2.975	-	2.975
PATRIMÔNIO SOCIAL	262.419	1.727.572	1.989.991	296.419	1.721.531	2.017.950
Patrimônio de Cobertura do Plano	194.292	1.265.027	1.459.319	202.882	1.262.602	1.465.484
Provisões Matemáticas	141.150	1.265.027	1.406.177	150.348	1.262.602	1.412.950
Benefícios Concedidos	122.320	173.131	295.451	126.876	145.086	271.962
Benefícios a Conceder	18.830	1.091.896	1.110.726	23.472	1.117.516	1.140.988
Equilíbrio Técnico	53.142	-	53.142	52.534	-	52.534
Resultados Realizados	53.142	-	53.142	52.534	-	52.534
Superávit Técnico Acumulado	53.142	-	53.142	52.534	-	52.534
Reserva de Contingência	35.288	-	35.288	37.587	-	37.587
Reserva Especial	17.854	-	17.854	14.947	-	14.947
Fundos	68.127	462.545	530.672	93.537	458.929	552.466
Fundos Previdenciais	68.009	461.138	529.147	93.429	457.601	551.030
Fundos Administrativos	118	1.407	1.525	108	1.328	1.436
TOTAL DO PASSIVO	266.052	1.728.860	1.994.912	299.871	1.722.716	2.022.587



Sumário



Próxima
página



Página
anterior



Sumário

Próxima
páginaPágina
anterior

Demonstração das Mutações do Patrimônio Social

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 - CONSOLIDADO

R\$ Mil

DESCRIÇÃO	2013	2012	Variação (%)
A) Patrimônio Social - início do exercício	2.017.950	1.830.393	10,2%
1. Adições	118.180	265.617	-55,5%
(+) Contribuições Previdenciais	15.271	14.759	3,5%
(+) Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	98.153	247.152	-60,3%
(+) Receitas Administrativas	4.596	3.574	28,6%
(+) Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Administrativa	160	132	21,2%
2. Destinações	(146.139)	(78.060)	87,2%
(-) Benefícios	(70.496)	(72.757)	-3,1%
(-) Resultado Negativo dos Investimentos - Gestão Previdencial	(70.976)	(1.883)	3669,3%
(-) Despesas Administrativas	(4.656)	(3.413)	36,4%
(-) Resultado Negativo dos Investimentos - Gestão Administrativa	(11)	(7)	57,1%
3. Acréscimo/Decréscimo no Patrimônio Social (1+2)	(27.959)	187.557	-114,9%
(+/-) Provisões Matemáticas	(6.773)	108.622	-106,2%
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	608	15.450	-96,1%
(+/-) Fundos Previdenciais	(21.883)	63.199	-134,6%
(+/-) Fundos Administrativos	89	286	-68,9%
B) Patrimônio Social - final do exercício (A+3)	1.989.991	2.017.950	-1,4%

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Social

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 - PLANO BD

R\$ Mil

DESCRIÇÃO	2013	2012	Variação (%)
A) Patrimônio Social - início do exercício	296.419	248.633	19,2%
1. Adições	17.744	58.692	-69,8%
(+) Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	17.221	58.343	-70,5%
(+) Receitas Administrativas	513	339	51,3%
(+) Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Administrativa	10	10	0,0%
2. Destinações	(51.744)	(10.906)	374,5%
(-) Benefícios	(36.314)	(10.570)	243,6%
(-) Resultado Negativo dos Investimentos - Gestão Previdencial	(14.917)	-	0,0%
(-) Despesas Administrativas	(513)	(336)	52,7%
3. Acréscimo/Decréscimo no Patrimônio Social (1+2)	(34.000)	47.786	-171,2%
(+/-) Provisões Matemáticas	(9.198)	15.131	-160,8%
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	608	15.450	-96,1%
(+/-) Fundos Previdenciais	(25.420)	17.192	-247,9%
(+/-) Fundos Administrativos	10	13	-23,1%
B) Patrimônio Social - final do exercício (A+3)	262.419	296.419	-11,5%

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.



Sumário



Próxima
página



Página
anterior



Sumário

Próxima
páginaPágina
anterior

Demonstração das Mutações do Patrimônio Social

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 - PLANO PAI

R\$ Mil

DESCRIÇÃO	2013	2012	Variação (%)
A) Patrimônio Social - início do exercício	1.721.531	1.581.760	8,8%
1. Adições	100.436	206.925	-51,5%
(+) Contribuições Previdenciais	15.271	14.759	3,5%
(+) Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	80.932	188.809	-57,1%
(+) Receitas Administrativas	4.083	3.235	26,2%
(+) Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Administrativa	150	122	23,0%
2. Destinações	(94.395)	(67.154)	40,6%
(-) Benefícios	(34.182)	(62.187)	-45,0%
(-) Resultado Negativo dos Investimentos - Gestão Previdencial	(56.059)	(1.883)	2877,1%
(-) Despesas Administrativas	(4.143)	(3.077)	34,6%
(-) Resultado Negativo dos Investimentos - Gestão Administrativa	(11)	(7)	57,1%
3. Acréscimo/Decréscimo no Patrimônio Social (1+2)	6.041	139.771	-95,7%
(+/-) Provisões Matemáticas	2.425	93.491	-97,4%
(+/-) Fundos Previdenciais	3.537	46.007	-92,3%
(+/-) Fundos Administrativos	79	273	-71,1%
B) Patrimônio Social - final do exercício (A+3)	1.727.572	1.721.531	0,4%

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração do Plano de Gestão Administrativa

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 - CONSOLIDADO

R\$ Mil

DESCRIÇÃO	2013	2012	Variação (%)
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	1.436	1.150	24,87%
1. Custeio da Gestão Administrativa	4.756	3.706	28,33%
1.1. Receitas	4.756	3.706	28,33%
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	2.466	2.035	21,18%
Custeio Administrativo dos Investimentos	2.098	1.487	41,09%
Taxa de Adm. de Empréstimos e Financiamentos	29	12	141,67%
Resultado Positivo dos Investimentos	161	132	21,97%
Outras Receitas	2	40	-95,00%
2. Despesas Administrativas	4.656	3.413	36,42%
2.1. Administração Previdencial	2.897	2.153	34,56%
Pessoal e encargos	1.232	879	40,16%
Treinamentos/congressos e seminários	36	14	157,14%
Viagens e estadias	8	13	-38,46%
Serviços de terceiros	839	542	54,80%
Despesas gerais	375	362	3,59%
Depreciações e amortizações	6	6	0,00%
Outras Despesas	401	337	18,99%
2.2. Administração dos Investimentos	1.759	1.260	39,60%
Pessoal e encargos	754	465	62,15%
Treinamentos/congressos e seminários	22	8	175,00%
Viagens e estadias	5	1	400,00%
Serviços de terceiros	297	189	57,14%
Despesas gerais	670	597	12,23%
Outras Despesas	11	-	0,00%
3. Resultado Negativo dos Investimentos	11	7	57,14%
4. Sobra/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2-3)	89	286	-68,88%
5. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (4)	89	286	-68,88%
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+5)	1.525	1.436	6,20%



Sumário



Próxima
página



Página
anterior



Sumário

Próxima
páginaPágina
anterior

Demonstração do Plano de Gestão Administrativa por Plano de Benefícios

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 - PLANO BD

R\$ Mil

DESCRIÇÃO	2013	2012	Variação (%)
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	108	95	13,7%
1. Custeio da Gestão Administrativa	523	349	49,86%
1.1. Receitas	523	349	49,86%
Custeio Administrativo dos Investimentos	510	336	51,79%
Resultado Positivo dos Investimentos	11	10	10,00%
Outras Receitas	2	3	-33,33%
2. Despesas Administrativas	513	336	52,68%
2.1. Administração Previdencial	373	233	60,09%
2.1.1. Despesas Comuns	123	96	28,13%
2.1.2. Despesas Específicas	250	137	82,48%
Serviços de terceiros	197	93	111,83%
Despesas gerais	4	4	0,00%
Outras Despesas	49	40	22,50%
2.2. Administração dos Investimentos	140	103	35,92%
2.2.1. Despesas Comuns	93	65	43,08%
2.2.2. Despesas Específicas	47	38	23,68%
Despesas gerais	47	38	23,68%
4. Sobre/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2)	10	13	-23,08%
5. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (4)	10	13	-23,08%
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+5)	118	108	9,26%

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.



Sumário

Próxima
páginaPágina
anterior

Demonstração do Plano de Gestão Administrativa por Plano de Benefícios

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 - PLANO PAI

R\$ Mil

DESCRIÇÃO	2013	2012	Variação (%)
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	1.328	1.055	25,88%
1. Custeio da Gestão Administrativa	4.233	3.357	26,09%
1.1. Receitas	4.233	3.357	26,09%
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	2.466	2.035	21,18%
Custeio Administrativo dos Investimentos	1.588	1.151	37,97%
Taxa de Adm. de Empréstimos e Financiamentos	29	12	141,67%
Resultado Positivo dos Investimentos	150	122	22,95%
Outras Receitas	-	37	-100,00%
2. Despesas Administrativas	4.143	3.077	34,64%
2.1. Administração Previdencial	2.526	1.920	31,56%
2.1.1. Despesas Comuns	1.990	1.547	28,64%
2.1.2. Despesas Específicas	536	373	43,70%
Pessoal e encargos	30	27	11,11%
Serviços de terceiros	129	40	222,50%
Despesas gerais	36	20	80,00%
Depreciações e amortizações	6	-	-100,00%
Outras Despesas	335	286	17,13%
2.2. Administração dos Investimentos	1.617	1.157	39,76%
2.2.1. Despesas Comuns	1.285	877	46,52%
2.2.2. Despesas Específicas	332	280	18,57%
Serviços de terceiros	30	1	0,00%
Despesas gerais	302	279	8,24%
3. Resultado Negativo dos Investimentos	11	7	57,14%
4. Sobre/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2-3)	79	273	-71,06%
5. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (4)	79	273	-71,06%
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+5)	1.407	1.328	5,95%

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração do Ativo Líquido por Plano de Benefícios

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 - PLANO BD

R\$ Mil

DESCRIÇÃO	2013	2012	Variação (%)
1. Ativos	266.052	299.871	-11,28%
Disponível	32	14	128,57%
Recebível	46	20	130,00%
Investimento	265.974	299.837	-11,29%
Créditos Privados e Depósitos	915	817	12,00%
Ações	1.986	2.658	-25,28%
Fundos de Investimento	259.260	292.761	-11,44%
Empréstimos	1	1	0,00%
Depósitos Judiciais / Recursais	3.812	3.600	5,89%
2. Obrigações	3.633	3.452	5,24%
Operacional	487	477	2,10%
Contingencial	3.146	2.975	5,75%
3. Fundos não Previdenciais	118	108	9,26%
5. Ativo Líquido (1-2-3)	262.301	296.311	-11,48%
Provisões Matemáticas	141.150	150.348	-6,12%
Superávit/Déficit Técnico	53.142	52.534	1,16%
Fundos Previdenciais	68.009	93.429	-27,21%

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.



Sumário

Próxima
páginaPágina
anterior

Demonstração do Ativo Líquido por Plano de Benefícios

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 - PLANO PAI

R\$ Mil

DESCRIÇÃO	2013	2012	Variação (%)
1. Ativos	1.728.860	1.722.716	0,36%
<i>Disponível</i>	70	131	-46,56%
<i>Recebível</i>	820	470	74,47%
<i>Investimento</i>	1.727.937	1.722.083	0,34%
Títulos Públicos	40.053	25.732	55,65%
Créditos Privados e Depósitos	23.758	979	2326,76%
Ações	-	9	-100,00%
Fundos de Investimento	1.656.364	1.683.667	-1,62%
Empréstimos	7.762	11.696	-33,64%
<i>Permanente</i>	33	32	3,13%
2. Obrigações	1.288	1.185	8,69%
Operacional	1.288	1.185	8,69%
3. Fundos não Previdenciais	1.407	1.328	5,95%
5. Ativo Líquido (1-2-3)	1.726.165	1.720.203	0,35%
Provisões Matemáticas	1.265.027	1.262.602	0,19%
Fundos Previdenciais	461.138	457.601	0,77%

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração das Mutações do Ativo Líquido

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 - CONSOLIDADO

R\$ Mil

DESCRIÇÃO	2013	2012	Variação (%)
A) Ativo Líquido - início do exercício	2.016.514	1.829.243	10,2%
1. Adições	115.890	263.946	-56,1%
(+) Contribuições	17.737	16.794	5,6%
(+) Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	98.153	247.152	-60,3%
2. Destinações	(143.938)	(76.675)	87,7%
(-) Benefícios	(70.496)	(72.757)	-3,1%
(-) Resultado Negativo dos Investimentos - Gestão Previdencial	(70.976)	(1.883)	3669,3%
(-) Custeio Administrativo	(2.466)	(2.035)	21,2%
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	(28.048)	187.271	-115,0%
(+/-) Provisões Matemáticas	(6.773)	108.622	-106,2%
(+/-) Fundos Previdenciais	(21.883)	63.199	-134,6%
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	608	15.450	-96,1%
B) Patrimônio Social - final do exercício (A+3)	1.988.466	2.016.514	-1,4%
C) Fundos não previdenciais	1.525	1.436	6,2%
(+/-) Fundos Administrativos	1.525	1.436	6,2%

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.



Sumário

Próxima
páginaPágina
anterior

Demonstração das Mutações do Ativo Líquido por Plano de Benefícios

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 - PLANO BD

R\$ Mil

DESCRIÇÃO	2013	2012	Variação (%)
A) Ativo Líquido - início do exercício	296.311	248.538	19,2%
1. Adições	17.221	58.343	-70,5%
(+) Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	17.221	58.343	-70,5%
2. Destinações	(51.231)	(10.570)	384,7%
(-) Benefícios	(36.314)	(10.570)	243,6%
(-) Resultado Negativo dos Investimentos - Gestão Previdencial	(14.917)	-	0,0%
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	(34.010)	47.773	-171,2%
(+/-) Provisões Matemáticas	(9.198)	15.131	-160,8%
(+/-) Fundos Previdenciais	(25.420)	17.192	-247,9%
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	608	15.450	-96,1%
B) Patrimônio Social - final do exercício (A+3)	262.301	296.311	-11,5%
C) Fundos não previdenciais	118	108	9,3%
(+/-) Fundos Administrativos	118	108	9,3%

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.



Sumário

Próxima
páginaPágina
anterior

Demonstração das Mutações do Ativo Líquido por Plano de Benefícios

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 - PLANO PAI

R\$ Mil

DESCRIÇÃO	2013	2012	Variação (%)
A) Ativo Líquido - início do exercício	1.720.203	1.580.705	8,8%
1. Adições	98.669	205.603	-52,0%
(+) Contribuições	17.737	16.794	5,6%
(+) Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	80.932	188.809	-57,1%
2. Destinações	(92.707)	(66.105)	40,2%
(-) Benefícios	(34.182)	(62.187)	-45,0%
(-) Resultado Negativo dos Investimentos - Gestão Previdencial	(56.059)	(1.883)	2877,1%
(-) Custeio Administrativo	(2.466)	(2.035)	21,2%
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	5.962	139.498	-95,7%
(+/-) Provisões Matemáticas	2.425	93.491	-97,4%
(+/-) Fundos Previdenciais	3.537	46.007	-92,3%
B) Patrimônio Social - final do exercício (A+3)	1.726.165	1.720.203	0,3%
C) Fundos não previdenciais	1.407	1.328	5,9%
(+/-) Fundos Administrativos	1.407	1.328	5,9%

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 - PLANO BD

R\$ Mil

DESCRIÇÃO	2013	2012	Variação (%)
Provisões Técnicas (1 + 2 + 3 + 4 + 5)	265.891	299.632	-11,3%
1. Provisões Matemáticas	141.150	150.348	-6,1%
1.1. Benefícios Concedidos	122.320	126.876	-3,6%
Benefício Definido	122.320	126.876	-3,6%
1.2. Benefício a Conceder	18.830	23.472	-19,8%
Benefício Definido	18.830	23.472	-19,8%
2. Equilíbrio Técnico	53.142	52.534	1,2%
2.1. Resultados Realizados	53.142	52.534	1,2%
Superávit Técnico Acumulado	53.142	52.534	1,2%
Reserva de Contingência	35.288	37.587	-6,1%
Reserva para Revisão de Plano	17.854	14.947	19,4%
3. Fundos	68.009	93.429	-27,2%
3.1. Fundos Previdenciais	68.009	93.429	-27,2%
4. Exigível Operacional	444	346	28,3%
4.1. Gestão Previdencial	398	328	21,3%
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	46	18	155,6%
5. Exigível Contingencial	3.146	2.975	5,7%
5.2. Investimentos - Gestão Previdencial	3.146	2.975	5,7%

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 - PLANO PAI

R\$ Mil

DESCRIÇÃO	2013	2012	Variação (%)
Provisões Técnicas (1 + 2 + 3 + 4 + 5)	1.726.790	1.721.122	0,3%
1. Provisões Matemáticas	1.265.027	1.262.602	0,2%
1.1. Benefícios Concedidos	173.131	145.086	19,3%
Contribuição Definida	173.131	145.086	19,3%
1.2. Benefício a Conceder	1.091.896	1.117.516	-2,3%
Contribuição Definida	1.091.896	1.117.516	-2,3%
Saldo de Contas - Parcela Patrocinador(es)/Instituidor(es)	674.200	697.013	-3,3%
Saldo de Contas - Parcela Participantes	417.696	420.503	-0,7%
3. Fundos	461.138	457.601	0,8%
3.1. Fundos Previdenciais	461.138	457.601	0,8%
4. Exigível Operacional	625	919	-32,0%
4.1. Gestão Previdencial	376	864	-56,5%
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	249	55	352,7%

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (em milhares de reais)

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

a. Constituição

A Fundação Itaúsa Industrial (“Fundação”), entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos, autorizada a funcionar pelo Ministério da Previdência Social pela Portaria nº 1.618, de 16 de novembro de 1994 com a denominação Aricanduva Previdência S/C, cuja razão social foi alterada para Fundação Itaúsa Industrial, conforme a Portaria da Secretaria de Previdência Complementar nº 862, de 18 de maio de 2001, com autonomia administrativa, patrimonial e financeira, obedecendo às normas expedidas através do Conselho de Nacional da Previdência Complementar – CNPC.

b. Finalidade

A Fundação tem como objetivo a instituição, administração e execução de planos de benefícios de caráter previdenciário nas formas disciplinadas em seu Estatuto Social, Regulamentos dos planos de benefícios e a legislação vigente.

Os recursos para custeio dos planos de benefícios atualmente em vigor, Plano de Benefício Definido (“Plano BD”) e Plano de Benefícios de Contribuição Definida (“Plano PAI”), provêm de contribuições das patrocinadoras e dos participantes, bem como dos rendimentos das aplicações dessas contribuições nos ativos autorizados pelo órgão governamental competente.

O Plano BD, do tipo benefício definido, é um plano em extinção, assim considerado como aquele ao qual está vedado o acesso de novos participantes e tem por finalidade básica a concessão de benefício que, sob a forma de renda vitalícia, destina-se a complementar, nos termos de seu respectivo regulamento, os proventos pagos pela Previdência Social.

O Plano PAI, do tipo contribuição definida, tem por finalidade a concessão de benefício de caráter previdenciário na forma de renda mensal por tempo determinado, independente da concessão do benefício de aposentadoria pela Previdência Social, sendo que a renda mensal dos benefícios concedidos é apurada na data de concessão do benefício, com base no saldo de conta total, conforme regulamento do plano, que é formado por contribuições do próprio participante, da patrocinadora à qual estiver vinculado e pelos rendimentos das aplicações financeiras, motivo pelo qual este tipo de plano não apresenta risco atuarial.

c. Patrocinadoras

São entendidas como patrocinadoras as sociedades que celebrem Convênio de Adesão com o plano de benefícios. Em 31 de dezembro de 2013 os planos de benefícios administrados pela Fundação possuíam as seguintes patrocinadoras:

Plano BD – CNPB 19.790.037-18

Duratex S.A.
Duratex Comercial Exportadora S.A.
Duratex Empreendimentos Ltda.
Duratex Florestal Ltda.
Fundação Itaúsa Industrial
Itaúsa Empreendimentos S.A.
Itautec S.A.
Itautec.Com Serviços S.A.
Itautec Locação e Comércio de Equipamentos S.A.

Plano PAI – CNPB 20.010.017-38

Duratex S.A.
Duratex Comercial Exportadora S.A.
Duratex Empreendimentos Ltda.
Duratex Florestal Ltda.
Elekeiroz S.A.
Fundação Itaúsa Industrial
Itaúsa Empreendimentos S.A.
Itautec S.A.
Itautec.Com Serviços S.A.
Itautec Locação e Comércio de Equipamentos S.A.

d. Participantes

Os participantes são todos os funcionários, administradores, ex-funcionários e ex-administradores de suas patrocinadoras que fizeram a opção aos planos de benefícios oferecidos.

Abaixo demonstramos a posição de participantes e assistidos por patrocinadora e planos de benefícios:

PATROCINADORAS			2013			2012
	PLANOS		Total	PLANOS		Total
	BD	PAI		BD	PAI	
ATIVOS	55	6.256	6.311	85	8.761	8.846
Duratex S.A. e controladas	53	5.650	5.703	59	5.248	5.307
Elekeiroz S.A.	-	446	446	-	441	441
Fundação Itaúsa Industrial	-	9	9	-	8	8
Itaúsa Empreendimentos S.A.	-	15	15	-	13	13
Itautec S.A. e controladas	2	136	138	26	3.051	3.077
ASSISTIDOS	538	330	868	552	266	818
Duratex S.A. e controladas	476	247	723	491	206	697
Elekeiroz S.A.	-	2	2	-	-	-
Itaúsa Empreendimentos S.A.	5	2	7	5	1	6
Itautec S.A. e controladas	57	79	136	56	59	115
VINCULADOS	67	3.676	3.743	42	1.445	1.487
Duratex S.A. e controladas	30	716	746	26	705	731
Elekeiroz S.A.	-	12	12	-	16	16
Fundação Itaúsa Industrial	-	4	4	-	3	3
Itaúsa Empreendimentos S.A.	-	8	8	-	7	7
Itautec S.A. e controladas	37	2.936	2.973	16	714	730
Total	660	10.262	10.922	679	10.472	11.151

NOTA 2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis da Entidade estão sendo apresentadas em atendimento às disposições legais dos órgãos normativos e reguladores das atividades das entidades fechadas de previdência complementar, especificamente a Resolução CNPC nº 12, de 30 de agosto de 2013, que altera a Resolução CNPC nº 08 de 31 de outubro de 2011; Instrução MPS/SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009; Instrução SNPC nº 5, de 08 de setembro de 2011 e a Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.272, de 22 de janeiro de 2010.

A estrutura da planificação contábil padrão das EFPC reflete o ciclo operacional de longo prazo de sua atividade, de forma que a apresentação de Ativos e Passivos, observadas as gestões Previdencial, Administrativa e o Fluxo dos Investimentos, proporcionem informações mais adequadas, confiáveis e relevantes do que a apresentação em circulante e não circulante, em conformidade com os itens 60 - 65 da NBC TG 26.



Sumário



Próxima
página



Página
anterior

As demonstrações contábeis da Entidade são apresentadas de forma segregada por Plano de Benefícios e os registros contábeis em gestões (Previdencial e Administrativa) e Fluxo dos Investimentos, que é comum às Gestões Previdencial e Administrativa, segundo a natureza e a finalidade das transações, formando um conjunto de informações que caracterizam as atividades destinadas à realização das funções da Entidade:

- ▲ **Gestão Previdencial** – Atividade de registro e de controle das contribuições, dos benefícios e dos institutos previstos no art. 14 da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, bem como do resultado do plano de benefícios de natureza previdenciária;
- ▲ **Gestão Administrativa** – Atividade de registro e de controle inerentes à administração dos planos de benefícios;
- ▲ **Investimentos** – Registro e controle referentes à aplicação dos recursos de cada plano de benefícios.

NOTA 3 - RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis adotadas estão resumidas em:

a. Ativo Realizável

- ▲ **Gestão Previdencial** – Compreende os valores e direitos relativos às contribuições de patrocinadores e participantes, reconhecidas pelo regime de competência, observando-se o plano de custeio.
- ▲ **Gestão Administrativa** – Compreende os valores e direitos relativos ao custeio de despesas administrativas efetuadas pela patrocinadora, participantes e outros eventos administrativos.
- ▲ **Investimentos** – Os principais critérios de avaliação e de reconhecimento de receitas são:

I. Títulos Públicos, Créditos Privados, Ações, Fundos de Investimento e Derivativos

Estão registrados pelo valor de custo, acrescido dos rendimentos auferidos de forma *pro rata* até a data de encerramento do Balanço, sendo classificados na seguinte categoria:

- a) **Títulos para negociação** – Quando adquiridos com o propósito de serem negociados, independentemente do prazo a decorrer da data de aquisição, sendo avaliados pelo valor de mercado e seus efeitos reconhecidos no resultado do exercício;
 - b) **Títulos mantidos até o vencimento** – Quando a intenção da administração for manter os referidos títulos em carteira até o vencimento, considerando a capacidade financeira da entidade, os prazos mínimos de vencimento e a classificação de risco do título. Estes são avaliados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos.
- Os Derivativos são classificados e estão registrados pelo valor de mercado, e as variações estão sendo reconhecidas no resultado dos investimentos.
- As Rendas/Variações Positivas e Deduções/Variações Negativas da carteira são apropriadas em contas específicas diretamente vinculadas à modalidade de aplicação.

II. Empréstimos

Os empréstimos aos participantes ativos são remunerados pelo índice de referência ou meta atuarial do plano de benefícios, acrescidos de juros de 1,15% a.a. e taxa de administração de 0,35% a.a.

b. Ativo Permanente

É composto pelo ativo imobilizado, demonstrado ao custo de aquisição e depreciação, pelo método linear às taxas abaixo, tendo como contrapartida a conta de despesa do Plano de Gestão Administrativa – PGA.

- ▲ 10% a.a. para Móveis e Utensílios;
- ▲ 20% a.a. para Equipamentos de Informática.

c. Exigível Operacional

São registradas as obrigações decorrentes de pagamento de benefícios aos participantes, prestação de serviços por terceiros, obrigações tributárias, provisões de folha de pagamento e respectivos encargos. Essas obrigações são segregadas por Gestão Previdencial, Administrativa e Investimentos.

d. Exigível Contingencial

São decorrentes de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por terceiros, ex-participantes e órgãos públicos em ações cíveis, trabalhistas e fiscais. Essas contingências, coerentes com as práticas conservadoras adotadas, são avaliadas por assessores legais e levam em consideração a probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser estimado com suficiente segurança. Os valores das contingências são quantificados utilizando-se critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e valor.

e. Plano de Gestão Administrativa - PGA

Os registros das operações administrativas são efetuados através do Plano de Gestão Administrativa - PGA, que possui patrimônio próprio segregado dos planos de benefícios previdenciais. O patrimônio do PGA é constituído pelas receitas (Previdenciais, Investimentos e Diretas) e contribuições administrativas, deduzidas das despesas comuns e específicas da administração previdencial, e dos investimentos, sendo as sobras ou insuficiências administrativas alocadas ou revertidas ao Fundo Administrativo.

O saldo do Fundo Administrativo é segregado por plano de benefício previdencial, não caracterizando obrigações ou direitos aos patrocinadores, participantes e assistidos dos planos.

f. Registro das Adições, Deduções, Receitas, Despesas, Rendas/Variações Positivas e Deduções/Variações Negativas

As Adições e Deduções da Gestão Previdencial, as Receitas e Despesas da Gestão Administrativa, as Rendas/Variações Positivas e as Deduções/Variações Negativas do Fluxo de Investimentos são escrituradas pelo regime contábil de competência de exercícios.

As Rendas/Variações Positivas de dividendos, as bonificações e os juros sobre capital próprio recebidos em dinheiro, decorrentes de investimentos em ações, são reconhecidos após a publicação da Assembleia Geral dos Acionistas das empresas investidas.

g. Imposto de Renda

Em 29 de dezembro de 2004 foi sancionada a Lei nº 11.053, que revogou a Medida Provisória nº 2.222, de 04 de setembro de 2001, e introduziu alterações no sistema de tributação dos planos de benefícios de caráter previdenciário. Conforme previsto no artigo 5º dessa Lei, a partir de 01 de janeiro de 2005, ficaram dispensados a retenção na fonte e o pagamento em separado do imposto de renda sobre os rendimentos e ganhos auferidos nas aplicações de recursos das provisões, reservas técnicas e fundos de planos de benefícios de entidade de previdência complementar.

h. PIS/COFINS

São as contribuições calculadas às alíquotas de 0,65% para o PIS e 4% para a COFINS, sobre as receitas administrativas (receita bruta excluída, entre outros, dos rendimentos auferidos nas aplicações financeiras destinadas a pagamentos de benefícios de aposentadoria, pensão, pecúlio e de resgate).

NOTA 4 - CUSTEIO ADMINISTRATIVO

As despesas administrativas previdenciais são contabilizadas na Gestão Administrativa – Administração Previdencial, e, considerando que a Fundação administra dois planos de benefícios, os custos comuns são rateados em função da quantidade de participantes de cada plano, e custeados através de contribuições dos Participantes e Patrocinadoras (Plano PAI) e por transferência de rentabilidade dos Investimentos (Plano BD), conforme Planejamento Orçamentário e de Custeio Administrativo da Fundação, aprovado pelo Conselho Deliberativo, que também especifica que parte das despesas administrativas previdenciais serão rateadas para as despesas da administração de investimentos, de acordo com o seguinte critério:

Contas	% Alocado p/ Gestão Previdencial	% Alocado p/ Investimentos
Pessoal e Encargos (inclusive Benefícios), Desp. Condominiais e Treinamento		
Auditoria, Sistemas de Informação e Associações de Classe	60%	40%
Consultorias e Comunicação		

As despesas administrativas de investimentos são custeadas diretamente pela rentabilidade dos Investimentos e registradas na Gestão Administrativa – Administração dos Investimentos, sendo que os custos comuns são rateados em função do patrimônio de cada plano.

A entidade também constitui fundo administrativo próprio com recursos provenientes de contribuições específicas e receitas diretas da Gestão Administrativa, conforme previsto do Regulamento do Plano de Gestão Administrativa. As fontes de custeio da Gestão Administrativa obedecem às determinações contidas no Regulamento do PGA, aprovado pelo Conselho Deliberativo da Fundação.

NOTA 5 - INVESTIMENTOS

a. Composição dos Investimentos

A Administração, através da Política de Investimentos que é revisada e aprovada anualmente pelo Conselho Deliberativo com horizonte de cinco anos, determina diretrizes para direcionamento da aplicação dos recursos garantidores das Provisões Matemáticas, bem como para classificação de Títulos e Valores Mobiliários. A gestão dos investimentos dos planos e do PGA são realizadas por meio da Segregação Real dos Ativos.

Inclui, além dos recursos do Plano de Benefícios, os ativos do PGA:

Descrição	2013			2012		
	Plano BD	Plano PAI	TOTAL	Plano BD	Plano PAI	TOTAL
Títulos Públicos Federais	-	40.053	40.053	-	25.732	25.732
Créditos Privados e Depósitos	915	23.758	24.673	817	979	1.796
Ações	1.986	-	1.986	2.658	9	2.667
Fundos de Investimentos	259.260	1.656.364	1.915.624	292.761	1.683.667	1.976.428
Empréstimos	1	7.762	7.763	1	11.696	11.697
Depósitos judiciais/recursais	3.812	-	3.812	3.600	-	3.600
Total	265.974	1.727.937	1.993.911	299.837	1.722.083	2.021.920

b. Títulos e Valores Mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são custodiados no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC, na Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos – CETIP, na Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia – CBLC, possuindo o Itaú Unibanco e outras Instituições Financeiras como agentes de custódia, de acordo com a legislação em vigor.

Apresentamos a seguir a composição por tipo de papel, prazo de vencimento, tipo de carteira e segmento dos Títulos e Valores.

I. Títulos para negociação

Estão registrados a valor de mercado, em consonância com os limites e riscos estabelecidos na Política de Investimentos da Entidade.

Plano BD				
Descrição	2013		2012	
	Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Debêntures não Conversíveis	721	721	614	614
Debêntures Conversíveis em Ações	194	194	203	203
Fundos de Investimentos Financeiros	131.668	131.668	292.761	292.761
Ações	1.986	1.986	2.658	2.658
Total	134.569	134.569	296.236	296.236

Plano PAI				
Descrição	2013		2012	
	Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Notas do Tesouro Nacional	40.053	40.053	22.261	25.732
Debêntures não Conversíveis	22.825	22.825	-	-
Debêntures Conversíveis em Ações	933	933	979	979
Fundos de Investimentos Financeiros	1.461.376	1.461.376	1.480.415	1.480.415
Ações	-	-	9	9
Fundos de Investimentos em Ações	194.988	194.988	203.252	203.252
Total	1.720.175	1.720.175	1.706.916	1.710.387

Os títulos classificados como “para negociação” estão avaliados pelo valor de mercado considerando preço médio de negociação no dia da apuração, valor líquido provável de realização obtido mediante adoção técnica de precificação, levando em consideração, no mínimo, os prazos de pagamento e vencimento, o risco e o indexador.



Sumário

Próxima
páginaPágina
anterior

II. Títulos mantidos até o vencimento

A entidade declara possuir capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os seguintes títulos:

Plano BD	2013		2012	
Descrição	Custo	Mercado	Custo	Mercado
Fundos de Investimentos Financeiros	127.592	118.678	-	-
<i>NTN-B</i>	<i>117.173</i>	<i>108.968</i>	-	-
<i>LETRAS FINANCEIRAS (LF)</i>	<i>10.419</i>	<i>9.710</i>	-	-
Total	127.592	118.678	-	-

III. Títulos e Valores Mobiliários por Vencimento

PLANO BD	VENCIMENTO				TOTAL	
Descrição	Indeterminado	Até 1 ano	De 1 até 5 anos	Acima de 5 anos	31/12/2013	31/12/2012
Créditos Privados e Depósitos	-	-	194	721	915	817
Cias Abertas - Debêntures não conversíveis	-	-	-	721	721	614
Patrocinadores - Debêntures conversíveis	-	-	194	-	194	203
Fundos de Investimentos	-	17.941	121.614	119.705	259.260	292.761
<i>Fundos Exclusivos</i>	-	<i>17.890</i>	<i>121.558</i>	<i>119.703</i>	<i>259.151</i>	<i>292.542</i>
Certificados de Depósitos Bancários	-	-	-	-	-	7.953
Notas do Tesouro Nacional	-	2.032	13.705	101.436	117.173	176.450
Letras Financeiras do Tesouro	-	1.940	106.828	-	108.768	67.329
Letras Financeiras	-	12.746	-	18.267	31.013	29.666
Debêntures	-	573	1.025	-	1.598	5.998
Fundos de Investimentos - FIDC	-	603	-	-	603	5.148
Contas a pagar/receber	-	(4)	-	-	(4)	(2)
<i>Fundos de Investimentos - Referenciado</i>	-	<i>51</i>	<i>56</i>	<i>2</i>	<i>109</i>	<i>219</i>
Certificados de Depósitos Bancários	-	-	2	-	2	9
Letras Financeiras	-	4	23	1	28	167
Notas do Tesouro Nacional	-	8	6	-	14	36
Letras do Tesouro Nacional	-	7	-	-	7	-
Letras Financeiras do Tesouro	-	13	19	-	32	-
Notas Promissórias	-	1	-	-	1	-
Debêntures	-	-	-	1	1	7
Termo	-	15	6	-	21	-
Operações Compromissadas	-	3	-	-	3	-
Títulos de Renda Variável	1.986	-	-	-	1.986	2.658
Ações	1.986	-	-	-	1.986	2.658
Empréstimos	-	1	-	-	1	1
Total	1.986	17.942	121.808	120.426	262.162	296.237



Sumário

Próxima
páginaPágina
anterior

PLANO PAI						
Descrição	VENCIMENTO				TOTAL	
	Indeterminado	Até 1 ano	De 1 até 5 anos	Acima de 5 anos	31/12/2013	31/12/2012
Títulos Públicos	-	-	12.120	27.933	40.053	25.732
NTN-B	-	-	12.120	27.933	40.053	25.732
Créditos Privados e Depósitos	-	-	6.031	17.727	23.758	979
Patrocinadores - Debêntures não conversíveis	-	-	933	-	933	979
Letras Financeiras	-	-	5.098	17.727	22.825	-
Fundos de Investimentos	194.988	460.877	682.894	317.605	1.656.364	1.683.667
<i>Fundos Exclusivos</i>	-	442.237	683.005	316.563	1.441.805	1.479.032
Certificados de Depósitos Bancários	-	27.475	-	-	27.475	26.717
Letras do Tesouro Nacional	-	-	180.269	-	180.269	87.212
Notas do Tesouro Nacional	-	41.839	264.208	263.632	569.679	570.315
Letras Financeiras do Tesouro	-	105.168	22.511	-	127.679	266.251
Letras Financeiras	-	112.870	199.529	24.452	336.851	383.532
Termo	-	44.964	-	-	44.964	49.488
Debêntures	-	11.433	16.488	28.479	56.400	74.273
Fundos de Investimentos - FIDC	-	3.161	-	-	3.161	21.091
Operações Compromissadas	-	95.394	-	-	95.394	-
Opções	-	(27)	-	-	(27)	-
Contas a pagar/receber	-	(40)	-	-	(40)	153
<i>Fundos Abertos</i>	-	17.799	(1.025)	1.015	17.789	-
Letras do Tesouro Nacional	-	55	-	-	55	-
Notas do Tesouro Nacional	-	1.728	(1.027)	982	1.683	-
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	-	33	33	-
Ações	-	626	2	-	628	-
Fundos de Investimentos	-	3.927	-	-	3.927	-
Operações Compromissadas	-	12.189	-	-	12.189	-
Ajuste Futuro	-	(12)	-	-	(12)	-
Cotas a Emitir/Resgatar	-	(61)	-	-	(61)	-
Contas a Pagar/Receber	-	(653)	-	-	(653)	-
<i>Fundos de Investimentos - Referenciado</i>	-	841	914	27	1.782	1.383
Certificados de Depósitos Bancários	-	-	38	-	38	61
Letras Financeiras	-	73	374	14	461	1.053
Letras do Tesouro Nacional	-	120	-	-	120	-
Letras Financeiras do Tesouro	-	216	308	-	524	-
Notas Promissórias	-	8	-	-	8	-
Notas do Tesouro Nacional	-	124	100	-	224	227
Debêntures	-	3	94	13	110	42
Termo	-	239	-	-	239	-
Operações Compromissadas	-	58	-	-	58	-
<i>Fundos de Investimentos em Ações</i>	194.988	-	-	-	194.988	203.252
Títulos de Renda Variável	-	-	-	-	-	9
Ações	-	-	-	-	-	9
Empréstimos	-	7.762	-	-	7.762	11.696
Total	194.988	468.639	701.045	363.265	1.727.937	1.722.083



Sumário

Próxima
páginaPágina
anterior

IV. Renda Fixa

Descrição			31/12/2013	31/12/2012
	Plano BD	Plano PAI	TOTAL	TOTAL
Títulos Públicos	-	40.053	40.053	25.732
NTN-B	-	40.053	40.053	25.732
Créditos Privados e Depósitos	915	23.758	24.673	1.796
Patrocinadoras - Debêntures conversíveis	194	933	1.127	1.182
Cias Abertas - Debêntures não conversíveis	721	22.825	23.546	614
Fundos de Investimentos	259.260	1.461.376	1.720.636	1.773.176
Fundos Exclusivos	259.151	1.441.805	1.700.956	1.771.574
Nashira Prev. Multimercado FI	-	675.063	675.063	698.006
FI RF Crédito Privado Itaúsa Industrial	-	586.832	586.832	595.568
Cartagena Prev. Multimercado FI	259.151	-	259.151	292.542
BB Star FI Multimercado Crédito Privado	-	179.910	179.910	185.458
Fundos Abertos	109	19.571	19.680	1.602
BTG Pactual Hedge Plus	-	17.789	17.789	-
Itaú Active Fix IB Multimercado FI	109	1.782	1.891	-
Itaú Institucional Referenciado DI FI	-	-	-	1.602
TOTAL	260.175	1.525.187	1.785.362	1.800.704

V. Renda Variável

Descrição			31/12/2013	31/12/2012
	Plano BD	Plano PAI	TOTAL	TOTAL
Ações	1.986	-	1.986	2.667
Itaútec ON	1.986	-	1.986	2.586
Eletrobrás ON	-	-	-	72
Itaúsa PN	-	-	-	9
Fundos de Ações	-	194.988	194.988	203.252
CSHG Zurich FIC FIA	-	-	-	55.190
Itaú RPI Ações Ibovespa	-	53.673	53.673	-
CSHG Genevê FIC FIA	-	52.728	52.728	54.312
BTG Absoluto Institucional FIA	-	44.137	44.137	40.730
Institucional Bolsa Index FIA	-	-	-	35.613
Itaú Personnalité Momento Ações	-	22.450	22.450	-
BTG Pactual Institucional Dividendos	-	11.871	11.871	11.692
Itaú Small Caps Valuation FIA	-	6.100	6.100	-
BTG Small Caps FIA	-	4.029	4.029	5.715
TOTAL	1.986	194.988	196.974	205.919

c. Depósitos judiciais / recursais

Referem-se aos depósitos judiciais de PIS, IPTU, IPMF e CPMF. Abaixo, a posição dos depósitos judiciais:

Descrição	Depósito		Juros		TOTAL	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012
PIS EC 10/96	149	149	431	395	580	544
PIS EC 17/97	489	489	1.444	1.344	1.933	1.833
IPTU	190	190	197	173	387	363
IPMF	18	18	13	13	31	31
CPMF	237	237	644	592	881	829
TOTAL	1.083	1.083	2.729	2.517	3.812	3.600

NOTA 6 - EXIGÍVEL OPERACIONAL

a. Gestão Previdencial e Administrativa

Corresponde à provisão de imposto de renda retido sobre os pagamentos de benefícios concedidos e contas a pagar dos gastos operacionais da Fundação.

b. Investimentos

Corresponde ao IOF a recolher retido das operações com participantes e as provisões de reembolso entre planos, proveniente da transferência de recursos para cobertura do Plano de Gestão Administrativa - PGA.

NOTA 7 - EXIGÍVEL CONTINGENCIAL

As contingências são avaliadas de acordo com as determinações contidas na NPC nº 22, do IBRACON. Tanto as contingências ativas como as passivas, são avaliadas pela Administração de forma individualizada, com base na opinião de seus consultores jurídicos. No caso das contingências ativas, as mesmas somente são reconhecidas quando a sua realização é considerada líquida e certa, já as passivas são provisionadas quando a probabilidade de perda é avaliada como sendo provável e se possa mensurar com razoável segurança.

a. Plano BD

Referem-se às provisões e depósitos judiciais de IPMF, IRRF, PIS e IPTU. Abaixo a posição das provisões contingenciais:

Descrição	Provisão		Juros		TOTAL	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012
Provisões s/ Depósito	253	253	104	84	357	337
IRRF	253	253	104	84	357	337
Provisões c/ Depósito	842	842	1.947	1.796	2.789	2.638
PIS EC 10/96	149	149	431	395	580	544
PIS EC 17/97	489	489	1.444	1.344	1.933	1.833
IPTU	186	186	59	44	245	230
IPMF	18	18	13	13	31	31
TOTAL	1.095	1.095	2.051	1.880	3.146	2.975

NOTA 8 - PROVISÕES MATEMÁTICAS

a. As provisões matemáticas foram calculadas pelos atuários da empresa Towers Watson Consultoria Ltda., cujos pareceres evidenciam o cumprimento às normas atuariais pertinentes, considerando as características peculiares do Estatuto Social e Regulamentos dos planos de benefícios e incluem os compromissos correspondentes aos participantes que já adquiriram direitos, os quais podem ou não ter sido requeridos, e o direito aos participantes que ainda não os adquiriram.

I. Provisões matemáticas de benefícios concedidos – Correspondem ao valor atual dos benefícios do plano com os compromissos futuros da Entidade para os participantes que já estão em gozo de benefícios de prestação continuada.

II. Provisões matemáticas de benefícios a conceder – Correspondem à diferença entre o valor atual das obrigações futuras da Entidade e o valor atual das contribuições futuras das patrocinadoras e dos participantes, quando aplicável.

b. Demonstrativo da composição das provisões matemáticas

Descrição	2013			2012		
	Plano BD	Plano PAI	Total	Plano BD	Plano PAI	Total
Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos	122.320	173.131	295.451	126.876	145.086	271.962
Saldo de Contas dos Assistidos	-	173.131	173.131	-	145.086	145.086
Valor Atual dos Benef. Futuros Programados	120.238	-	120.238	124.745	-	124.745
Valor Atual dos Benef. Futuros Não Programados	2.082	-	2.082	2.131	-	2.131
Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder	18.830	1.091.896	1.110.726	23.472	1.117.516	1.140.988
Saldo de Contas - Parcela Patrocinadores/Inst.	-	674.200	674.200	-	697.013	697.013
Saldo de Contas - Parcela Participantes	-	417.696	417.696	-	420.503	420.503
Valor Atual dos Benef. Futuros Programados	18.747	-	18.747	23.395	-	23.395
Valor Atual dos Benef. Futuros Não Programados	83	-	83	77	-	77
Total do Exigível Atuarial	141.150	1.265.027	1.406.177	150.348	1.262.602	1.412.950

c. Premissas e Hipóteses Atuariais

I. Plano BD

	2013	2012
Hipóteses Econômicas		
Taxa real anual de juros	4,75%	4%
Projeção do crescimento real de salário	3%	3%
Projeção do crescimento real do benefício do INSS	0%	0%
Projeção do crescimento real dos benefícios do Plano	0%	0%
Fator de determinação do valor real ao longo do tempo		
Salários	100%	100%
Benefícios do Plano	100%	100%
Benefícios do INSS	100%	100%

	2013	2012
Hipóteses Biométricas		
Tábua de mortalidade geral	AT-2000 ¹	AT-2000 ¹
Tábua de mortalidade de inválidos	RRB-1983	RRB-1983
Tábua entrada em invalidez	RRB-1944 modificada ²	RRB-1944 modificada ²
Tábua de rotatividade	Experiência Fundação Itaúsa Industrial ajustada	Experiência Fundação Itaúsa Industrial ajustada

¹ Constituída com base na AT-2000 Basic suavizada em 10%, segregada por sexo.

² RRB-1944 modificada, suavizada em 70%.

Foi realizada em 30.06.13 avaliação atuarial extraordinária para refletir o resultado dos estudos realizados que indicavam ser a taxa de 4,75% a mais aderente às características do plano. A avaliação foi realizada pela Towers Watson, conforme Parecer Atuarial de 18.07.13 aprovado pela Diretoria Executiva e pelo Conselho Deliberativo da Fundação Itaúsa Industrial, conforme atas de reuniões de 18.12.2013 e 20.12.13, respectivamente.

II. Plano PAI

Para esse Plano, as hipóteses atuariais não são aplicáveis, uma vez que seu benefício de aposentadoria programável é composto por contribuições do participante e das patrocinadoras, acrescidas dos rendimentos financeiros.

NOTA 9 - EQUILÍBRIO TÉCNICO

De acordo com a legislação em vigor, o resultado superavitário do plano de benefício (Plano BD) será destinado à constituição de reserva de contingência, até o limite de 25% do valor das reservas matemáticas, e o valor que exceder a esse limite será constituída reserva especial para revisão de plano.

Descrição	2013	2012	Variação
Plano BD	53.142	52.534	608
Reserva de Contingência	35.288	37.587	(2.299)
Reserva Especial para Revisão de Plano	17.854	14.947	2.907

NOTA 10 - FUNDOS

Descrição	2013	2012	Constituição / (Reversão)
Fundos Previdenciais	529.147	551.030	(21.883)
Plano BD	68.009	93.429	(25.420)
Plano PAI	461.138	457.601	3.537
Fundos Administrativos	1.525	1.436	89
Plano BD	118	108	10
Plano PAI	1.407	1.328	79
Total Fundos	530.672	552.466	(21.794)

a. Fundos Previdenciais

Plano BD

- I. Constituído em 2010, para atendimento ao disposto no art. 17 da Resolução CGPC nº 26, de 29 de setembro de 2008, com a finalidade de destinar parte da reserva especial para revisão de plano, de acordo com a solicitação enviada à Superintendência Nacional de Previdência Complementar – Previc, e aprovada pela Portaria nº 36, de 25 de janeiro de 2013.
- II. O processo de destinação prevê a reversão de valores aos participantes e patrocinadores, sendo que os valores destinados aos participantes e patrocinadores foram definidos conforme estabelecido no art. 15 da Resolução CGPC nº 26, de 29 de setembro de 2008.
- III. A proporção dos valores atribuíveis aos patrocinadores foi estabelecida na solicitação enviada à Superintendência Nacional de Previdência Complementar – Previc, com base nas provisões matemáticas equivalentes de cada patrocinador em 31/12/2009.
- IV. O valor a cada participante e assistido foram estabelecidos pela proporcionalidade do benefício efetivo ou projetado em 31/12/2009, conforme a solicitação enviada à Superintendência Nacional de Previdência Complementar – Previc, sendo que os critérios de pagamento e alocação para os participantes e assistidos estão previstos no Regulamento do plano.
- V. O Fundo é rentabilizado mensalmente pelo retorno dos investimentos do plano.
- VI. Apresentamos a seguir a posição dos valores distribuídos e os pagamentos efetuados até 31.12.2013:

Descrição	PATROCINADORAS			PARTICIPANTES	TOTAL FUNDO
	DURATEX	ITAUTEC	ITAÚSA EMPREENDIMENTOS	(Ativos/Assist/Autop)	
Saldo Inicial em 31.12.2012	41.992	31.931	7.080	12.426	93.429
(-) Pagamentos p/ Patrocinadoras*	(11.514)	(8.756)	(1.941)		(22.211)
(-) Pagamentos p/ Assisitidos*	-	-	-	(3.041)	(3.041)
(-) Reversões **	-	-	-	(611)	(611)
+ Atualização	204	155	34	50	443
Saldo Final em 31.12.2013	30.682	23.330	5.173	8.824	68.009

* A distribuição foi iniciada no mês de mar/2013, conforme Portaria nº 36, de 25.01.13, publicada no D.O.U. de 28.01.13.

** Refere-se ao valor dos participantes Ativos que é transferido mensalmente para Reserva de Benefícios a Conceder.

Plano PAI

I. Corresponde aos valores dos saldos das contas das patrocinadoras não utilizadas pelos participantes em função de sua opção no momento do desligamento do Plano. Esses valores podem ser utilizados para reduzir as contribuições futuras das patrocinadoras para o Plano de forma solidária, a exceção da Fundação Itaúsa Industrial, conforme previsto no convênio de adesão firmado entre estas e o plano. Abaixo a composição do Fundo em 31 de dezembro de 2013 e 2012:

Descrição	FUNDAÇÃO ITAÚSA	DEMAIS EMPRESAS	2013	FUNDAÇÃO ITAÚSA	DEMAIS EMPRESAS	2012
Saldo Inicial	62	457.539	457.601	7	411.587	411.594
+ Constituições	1	8.597	8.598	50	9.095	9.145
(-) Reversões	-	(11.711)	(11.711)	-	(12.441)	(12.441)
Rendimento	1	6.649	6.650	5	49.298	49.303
Saldo Final	64	461.074	461.138	62	457.539	457.601



Sumário



Próxima
página



Página
anterior

b. Fundo Administrativos

Destinado ao custeio das despesas com administração da gestão previdencial dos planos de benefícios (Plano BD e Plano PAI) e de investimentos (Plano BD), é constituído com recursos das patrocinadoras (Plano BD e PAI) e dos participantes (Plano PAI).

NOTA 11 – PARTES RELACIONADAS

Podem ser consideradas Partes Relacionadas da Fundação Itaúsa Industrial: os Participantes; as Patrocinadoras, cujo relacionamento ocorre por intermédio do Convênio de Adesão para oferecimento dos planos administrados pela Fundação aos seus funcionários e Dirigentes; e; seus administradores, compostos pelos membros do Conselho Deliberativo e Diretoria Executiva, assim como pelos membros do Conselho Fiscal da Entidade, cujas atribuições e responsabilidades estão definidas no Estatuto Social da Fundação Itaúsa Industrial.

NOTA 12 – INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

A Instrução Normativa PREVIC nº 6, de 13 de novembro de 2013, que altera a Instrução MPS/SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009 e a Instrução PREVIC nº 01, de 12 de abril de 2013, efetua alterações na Planificação Contábil Padrão que produziu efeitos a partir de 1º de janeiro de 2014.

Parecer dos Auditores Independentes

Aos Administradores, Participantes e Patrocinadoras
Fundação Itaúsa industrial

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação Itaúsa Industrial (“Entidade”), doravante referidas como consolidado, que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações consolidadas da mutação do patrimônio social, do plano de gestão administrativa e da demonstração do ativo líquido, e as demonstrações individuais por plano de benefício que compreendem a demonstração do ativo líquido, da mutação do ativo líquido, do plano de gestão administrativa e das provisões técnicas para exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPCC), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis da Entidade. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Fundação Itaúsa Industrial e individual por plano de benefício em 31 de dezembro de 2013 e o desempenho consolidado e por plano de benefício de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPCC).

São Paulo, 13 de março de 2014.

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Maria José De Mula Cury
Contadora CRC 1SP192785/O-4

Parecer Atuarial – Plano PAI

Para fins da avaliação atuarial referente ao exercício de 2013 do Plano de Benefícios de Contribuição Definida PAI-CD da Fundação Itaúsa Industrial, foi utilizado o cadastro de dados individuais fornecido pela Fundação Itaúsa Industrial posicionado em 30/09/2013.

As empresas patrocinadoras do Plano de Benefícios de Contribuição Definida PAI-CD são: Duratex S.A., Duratex Comercial Exportadora S.A., Duraflora S.A., Duratex Empreendimentos Ltda., Elekeiroz S.A., Fundação Itaúsa Industrial, Itaúsa Empreendimentos S.A., Itautec S.A., Itautec.Com Serviços S.A., Itautec Locação e Comércio de Equipamentos S.A..

Os resultados da avaliação atuarial estão posicionados em 31/12/2013.

Após a análise detalhada desses dados e correções feitas pela Fundação Itaúsa Industrial, verificou-se que os mesmos estavam suficientemente completos, não havendo necessidade de qualquer ajuste para realização da avaliação atuarial.

A responsabilidade sobre a veracidade e completude das informações prestadas é inteiramente das patrocinadoras, do administrador do plano e de seus respectivos representantes legais, não cabendo ao atuário qualquer responsabilidade sobre as informações prestadas.

As patrocinadoras são solidárias entre si no que concerne às obrigações referentes à cobertura de benefícios oferecidos pela Fundação Itaúsa Industrial aos participantes e respectivos beneficiários do Plano de Benefícios de Contribuição Definida PAI-CD.

A avaliação atuarial a qual se refere este parecer reflete o regulamento vigente aprovado pelo ofício nº 719, de 11/12/2012, publicada no D.O.U. de 12/12/2012.

I – Estatísticas

Benefícios a Conceder		30/09/2013
Participantes ativos (considerando os autopatrocinados)		
Número		8.623
Idade média (em anos)		39,09
Tempo de serviço médio (em anos)		12,05
Participantes em aguardo de benefício proporcional ¹		
Número		136
Benefícios Concedidos		
		30/09/2013
Número de aposentados válidos		298
Número de aposentados inválidos ²		-
Número de benefícios proporcionais diferidos recebendo		15
Número de pensionistas (grupos familiares)		-

¹ Inclui os participantes considerados como benefício proporcional diferido presumido

² Inclui os auxílios-doença há mais de 2 anos

II – Hipóteses e Métodos Atuariais

Por ser o Plano de Benefícios de Contribuição Definida PAI-CD estruturado na modalidade de contribuição definida, as provisões matemáticas se igualam aos saldos de conta formados pelas contribuições acrescidas do retorno de investimentos. Assim sendo, não cabe a utilização de quaisquer hipóteses para determinação dos compromissos correspondentes, com exceção da capacidade salarial de 100% para apuração das contribuições estimadas para o próximo exercício.

Regime Financeiro e Métodos Atuariais

Para a apuração das contribuições estimadas para o próximo exercício foi utilizado o seguinte regime financeiro e método atuarial:

- Regime Financeiro – Capitalização
- Método atuarial – Capitalização Financeira

III – Patrimônio Social

Com base no Balanço Patrimonial da Fundação Itaúsa Industrial, referente ao Plano de Benefícios de Contribuição Definida PAI-CD, de 31 de dezembro de 2013, o Patrimônio Social é de R\$ 1.727.572.018,85.

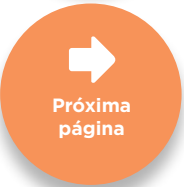
A Towers Watson não efetuou qualquer análise sobre a qualidade dos ativos que compõem o Patrimônio Social do Plano de Benefícios ora avaliado tendo se baseado na informação fornecida pela Fundação Itaúsa Industrial.

IV – Patrimônio de Cobertura, Provisões e Fundos do Plano

Com base nos dados cadastrais, utilizando as hipóteses e os métodos anteriormente mencionados, certificamos que a composição do Patrimônio de Cobertura do Plano e dos Fundos em 31 de dezembro de 2013 é a seguinte:

Valores em R\$	
Patrimônio de Cobertura do Plano	1.265.027.570,45
Provisões Matemáticas	1.265.027.570,45
Benefícios Concedidos	173.130.805,84
Contribuição Definida	173.130.805,84
Saldo de Conta de Assistidos	173.130.805,84
Benefícios a Conceder	1.091.896.764,61
Contribuição Definida	1.091.896.764,61
Saldo de Contas – Parcela Patrocinador(es)	674.200.216,18
Saldo de Contas – Parcela Participantes	417.696.548,43
Fundos	462.544.448,40
Fundo Previdencial	461.137.721,88
Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar	461.137.721,88
Fundo Administrativo	1.406.726,52

O Fundo Previdencial é constituído pelas parcelas do Saldo de Conta de Patrocinadora não incluídas nos cálculos dos benefícios e poderá ser utilizado para reduzir as contribuições futuras das patrocinadoras.



VI – Plano de Custeio

Patrocinadoras

As patrocinadoras deverão efetuar as contribuições definidas no regulamento do plano, estimadas em 1,78% da folha de salários dos participantes.

Na contribuição da patrocinadora não está sendo considerado o percentual necessário para a cobertura das despesas administrativas, pois estas despesas serão custeadas observadas as regras estabelecidas no regulamento do plano.

Participantes

As contribuições mensais dos participantes deverão ser praticadas conforme previsto no Regulamento do plano, que foram estimadas em 30/09/2013 em 1,80% da folha de salários.

Autopatrocínados

As contribuições dos participantes autopatrocinados, definidas no regulamento do plano, foram estimadas em 0,47% da folha de salários dos participantes.

Tendo em vista a natureza do plano e a vinculação, nesse tipo de plano, da contribuição patronal com os fatos efetivamente ocorridos tais como salários realmente pagos, contribuição realizada pelo participante e índice de adesão ao plano, as taxas de contribuição definida apresentadas neste Parecer são estimativas, podendo, portanto, deixar de coincidir com as taxas efetivamente praticadas.

VII – Conclusão

Face ao exposto, na qualidade de atuário responsável pela avaliação atuarial anual regular do Plano de Benefícios de Contribuição Definida PAI-CD da Fundação Itaúsa Industrial, informamos que o plano encontra-se financeiramente equilibrado em conformidade com os princípios atuariais geralmente aceitos.

Towers Watson Consultoria Ltda.

Rio de Janeiro, 12 de fevereiro de 2014.

Lenir Cavalcanti
Consultora Sênior

Marta Arruda L. Pires
Atuária Sênior
MIBA nº 676

Parecer Atuarial – Plano BD

Para fins da avaliação atuarial referente ao exercício de 2013 do Plano de Benefício Definido da Fundação Itaúsa Industrial, utilizamos o cadastro de dados individuais fornecido pela Fundação Itaúsa Industrial posicionado em 30/09/2013.

As empresas patrocinadoras do Plano de Benefício Definido são: Duratex S.A., Duratex Comercial Exportadora S.A., Duraflora S.A., Duratex Empreendimentos Ltda., Fundação Itaúsa Industrial, Itaúsa Empreendimentos S.A., Itautec S.A., Itautec.Com Serviços S.A. e Itautec Locação e Comércio de Equipamentos S.A.

Os resultados da avaliação atuarial estão posicionados em 31/12/2013.

Após a análise detalhada desses dados e correções feitas pela Fundação e pelas empresas, verificou-se que os mesmos estavam suficientemente completos, não havendo necessidade de qualquer ajuste para realização da avaliação atuarial.

A responsabilidade sobre a veracidade e completude das informações prestadas é inteiramente das patrocinadoras e de seus representantes legais, não cabendo ao atuário qualquer responsabilidade sobre as informações prestadas.

As patrocinadoras oferecem o referido plano de benefícios a seus empregados considerando o regime de solidariedade entre todas as empresas dos compromissos referentes aos benefícios oferecidos pelo plano.

O Plano de Benefício Definido da Fundação Itaúsa Industrial encontra-se em extinção desde 30/09/2002.

A avaliação atuarial a qual se refere este parecer reflete o regulamento vigente aprovado pelo ofício nº 821/ CGAT /DITEC/PREVIC, de 05/04/2010, publicado no D.O.U de 07/04/2010.

I - Estatísticas

Benefícios a Conceder		30/09/2013
Participantes ativos (considerando os autopatrocinados)		
Número		99
Idade média (em anos)		45,9
Tempo de serviço médio (em anos)		20,2
Participantes em aguardo de benefício proporcional ¹		
Número		17

Benefícios Concedidos		30/09/2013
Número de aposentados válidos		
Idade média (em anos)		72,0
Valor médio do benefício		R\$ 2.029
Número de aposentados inválidos		
Idade média (em anos)		66,0
Valor médio do benefício		R\$ 371
Número de benefícios proporcionais diferidos recebendo		
Idade média (em anos)		70,7
Valor médio do benefício		R\$ 1.250
Número de pensionistas (grupos familiares)		
Idade média (em anos)		0
Valor médio do benefício		0

¹ Inclui os participantes considerados como benefício proporcional diferido presumido

II - Hipóteses e Métodos Atuariais

O conjunto de hipóteses e métodos atuariais adotados nos cálculos atuariais resultou de um processo de interação entre a Towers Watson e a Fundação Itaúsa Industrial e contam com o aval das patrocinadoras do Plano de Benefício Definido conforme determina a Resolução CGPC nº 18/2006, de 28/3/2006, alterada pela Resolução MPS/CNPC nº 09, de 29/11/2012.

Para a apuração das provisões matemáticas e custos foram utilizadas as seguintes hipóteses e métodos atuariais:

Hipóteses Econômicas e Financeiras	12/2013	06/2013
Taxa real anual de juros	4,75% a.a.	4,75% a.a.
Projeção do crescimento real de salário	3,00% a.a.	3,00% a.a.
Projeção do crescimento real do benefício do INSS	0,00% a.a.	0,00% a.a.
Projeção do crescimento real dos benefícios do plano	0,00% a.a.	0,00% a.a.
Fator de determinação do valor real ao longo do tempo		
Salários	100%	100%
Benefícios do Plano	100%	100%
Benefícios do INSS	100%	100%

Hipóteses Biométricas e Demográficas	12/2013	06/2013
Tábua de Mortalidade Geral	AT-2000 ¹	AT-2000 ¹
Tábua de Mortalidade de Inválidos	RRB-1983	RRB-1983
Tábua de Entrada de Invalidez	RRB-1944 modificada ²	RRB-1944 modificada ²
Tábua de Rotatividade	Experiência Fundação Itaúsa Industrial Ajustada	Experiência Fundação Itaúsa Industrial Ajustada

¹ Constituída com base na AT-2000 Basic suavizada em 10%, segregada por sexo.

² RRB-1944 modificada, suavizada em 70%.

Outras hipóteses	12/2013	06/2013
Elegibilidade ao INSS	30 anos de contribuição para a mulher e 35 anos de contribuição para o homem	30 anos de contribuição para a mulher e 35 anos de contribuição para o homem
Composição familiar		
Benefícios concedidos		
Aposentados	Cônjuge informado	Cônjuge informado
Benefícios a conceder		
Cônjuge	Mulher 4 anos mais nova que o homem	Mulher 4 anos mais nova que o homem

Foi realizado em dezembro/2013 um estudo de aderência das hipóteses atuariais para atender os dispositivos previstos nas bases técnicas da Resolução CGPC nº 18, de 28/3/2006, alterada pela Resolução MPS/CNPC nº 09, de 29/11/2012. Nessa ocasião foram analisadas as seguintes hipóteses: mortalidade geral, mortalidade de inválidos, entrada em invalidez e rotatividade.

A seguir descrevemos algumas razões para a seleção das principais hipóteses.

Taxa real anual de juros

A taxa real anual de juro, utilizada para trazer a valor presente os pagamentos dos benefícios definidos, conforme determina a Resolução MPS/CNPC nº 9, de 29 de novembro de 2012, deve ser justificada pela entidade fechada de previdência complementar com base em estudos técnicos que comprovem a aderência das hipóteses de rentabilidade dos investimentos ao plano de custeio e ao fluxo futuro de receitas de contribuições e de pagamento de benefícios.



A Towers Watson, responsável pela avaliação atuarial do Plano de Benefício Definido, realizou, em dezembro de 2013, estudo de aderência da taxa real de juros do plano com base na projeção da expectativa de retorno dos investimentos, alocação de ativos e compromissos atuariais. O resultado deste estudo técnico mostra que a taxa real de juros de 4,88% a.a. está aderente a carteira de ativos pertencentes ao plano.

Dessa forma, a Towers Watson recomenda, pelo princípio do conservadorismo, a manutenção da taxa de juro utilizada em 30/06/2013 de 4,75% a.a. (quatro vírgula setenta e cinco por cento ao ano) para o exercício de 2013.

O estudo acima foi apreciado pelo Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado (AETQ) e aprovado pela Diretoria Executiva e pelo Conselho Deliberativo da Fundação Itaúsa Industrial, conforme atas de reuniões de 18/12/2013 e 20/12/2013, respectivamente.

Sendo assim, as patrocinadoras do Plano de Benefício Definido optaram por manter a taxa real anual de juro de 4,75% a.a. (quatro vírgula setenta e cinco por cento ao ano) adotada na avaliação atuarial de 30/06/2013.

Projeção do crescimento real de salário

A taxa de crescimento salarial deve ser baseada na política de recursos humanos de longo prazo dos patrocinadores do plano de benefícios de modo a refletir o aumento real médio de salário que as empresas estimam que um empregado tenha ao longo de toda a sua carreira.

As patrocinadoras optaram pela manutenção da taxa de crescimento salarial de 3% por considerar que essa taxa reflete a expectativa das empresas com relação à evolução futura média dos salários ao longo da carreira dos seus empregados.

Fator de determinação do valor real ao longo do tempo

Fator aplicado sobre os salários e benefícios, a fim de determinar um valor médio e constante, em termos reais, durante o período de um ano. Este fator é calculado em função do nível de inflação estimado e do número de reajustes, dos salários e benefícios, que ocorrerá durante o período de 12 meses.

A adoção de um fator de 100% reflete a opção por se utilizar valores nominais no processo de avaliação atuarial, independentemente de eventual redução inflacionária.

Hipóteses Biométricas e Demográficas

As tábuas biométricas e demográficas são instrumentos que permitem medir as probabilidades de ocorrência de eventos, como morte, invalidez e desligamento de uma população em função da idade e do sexo.

Essas tábuas são selecionadas dentre um conjunto de tábuas geralmente aceitas no Brasil para a avaliação dos compromissos com benefícios de longo prazo.

A escolha da tábua de mortalidade que melhor se ajuste ao perfil dos participantes dos planos de benefícios tem sido um assunto amplamente discutido nos últimos anos pelas empresas. Atualmente não existem tábuas que representem a mortalidade de participantes dos fundos de pensão no Brasil.

Objetivando identificar as tábuas biométricas e demográficas que melhor se ajustem aos perfis de morte, invalidez e rotatividade da massa de participantes do Plano de Benefício Definido, foram realizados estudos de aderência destas hipóteses.

Os resultados desses estudos de aderência de hipóteses realizados indicaram pela manutenção em 31/12/2013 das tábuas de mortalidade geral, de mortalidade de inválidos, de entrada em invalidez e de rotatividade adotadas em 30/06/2013.

Regime Financeiro e Métodos Atuariais

Regime de Capitalização e Método Agregado: Complementação de Aposentadoria por Tempo de Serviço / BD-DX, Complementação de Aposentadoria Especial/ BD-DX, Complementação de Aposentadoria por Idade / BD-DX, Complementação de Aposentadoria por Invalidez/ BD-DX, Renda Mensal Vitalícia/ BD-DX, Prêmio por Aposentadoria/ BD-DX, Complementação de Aposentadoria concedida pela Previdência Social – COMAP/ BD-Itaúsa, Complementação de Aposentadoria concedida pela Previdência Social – COMAP/ BD-Itautec, Benefício Proporcional Diferido, Resgate, Portabilidade, Auxílio Funeral/ BD-Itaúsa, Auxílio Funeral/ BD-Itautec e Pecúlio por Morte/ BD-DX.

III – Patrimônio Social

Com base no Balanço da Fundação Itaúsa Industrial de 31 de dezembro de 2013, o Patrimônio Social é de R\$ 262.418.937,57.

De acordo com informações prestadas pela Fundação Itaúsa para a manutenção de títulos marcados na curva, o Plano de Benefício Definido possui estudos que evidenciam a capacidade de atendimento das necessidades de liquidez em função dos direitos dos participantes, das obrigações do plano e do perfil do exigível atuarial do plano de benefícios conforme determina a Resolução nº 4/2002.

A Towers Watson não efetuou qualquer análise sobre a qualidade dos ativos que compõem o Patrimônio Social do Plano de Benefício Definido ora avaliado tendo se baseado na informação fornecida pela Fundação Itaúsa Industrial.

IV – Patrimônio de Cobertura, Provisões e Fundos do Plano

Com base nos dados cadastrais, utilizando as hipóteses e os métodos anteriormente mencionados, certificamos que a composição do Patrimônio de Cobertura do Plano e dos Fundos em 31 de dezembro de 2013 é a seguinte:

Valores em R\$	
Patrimônio de Cobertura do Plano	194.291.682,71
Provisões Matemáticas	141.150.123,16
Benefícios Concedidos	122.320.464,46
Contribuição Definida	0,00
Saldo de Conta de Assistidos	0,00
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização	122.320.464,46
Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	120.237.837,94
Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados	2.082.626,52
Benefícios a Conceder	18.829.658,70
Contribuição Definida	0,00
Saldo de Contas – Parcela Patrocinador(es)	0,00
Saldo de Contas – Parcela Participantes	0,00
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Programado	18.747.074,10
Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	18.747.074,10
Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinador(es)	0,00
Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	0,00
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Não Programado	82.584,60
Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados	82.584,60
Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinador(es)	0,00
Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	0,00
Provisão Matemática a Constituir	0,00
Serviço Passado	0,00
Déficit Equacionado	0,00
Por Ajustes das Contribuições Extraordinárias	0,00
Equilíbrio Técnico	53.141.559,55

Valores em R\$	
Resultados Realizados	53.141.559,55
Superávit Técnico Acumulado	53.141.559,55
Reserva de Contingência	35.287.530,79
Reserva Especial para Revisão de Plano	17.854.028,76
Déficit Técnico Acumulado	0,00
Resultados a Realizar	0,00
Fundos	68.127.254,88
Fundos Previdenciais	68.009.243,00
Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar	0,00
Revisão de Plano	68.009.243,00
Outros - Previsto em Nota Técnica Atuarial	0,00
Fundo Administrativo	118.011,86

Em 31/12/2009 houve destinação obrigatória e facultativa simultaneamente da Reserva Especial com a constituição do Fundo Previdencial para revisão do plano. Este fundo tem por finalidade a reversão dos valores às patrocinadoras, participantes e assistidos do Plano de Benefício Definido. Os critérios para utilização dos Fundos foram aprovados pela Previc por meio da Portaria nº 36, de 25/1/2013, publicada no D.O.U. de 28/1/2013.

A reversão de valores para as patrocinadoras está sendo feita desde março de 2013, em 36 parcelas mensais iguais.

Para os participantes e assistidos a destinação esta sendo efetuada em conformidade com os critérios aprovados pela Previc, considerando o benefício efetivo dos ativos e o pago aos assistidos, observadas as disposições regulamentares vigentes.

Em 30/06/2013 realizou-se uma avaliação atuarial extraordinária para refletir o resultado dos estudos realizados que indicavam ser a taxa de juro de 4,75% a mais aderente às características do plano. Esta avaliação também apresentou Reserva Especial.

Nos exercícios de 2010, 2011, 2012 e 2013, o plano apresentou Reserva Especial.

Conforme determina o Art 14 da Resolução nº 26, de 29/9/2008, o valor apurado a título de reserva especial há mais de três exercícios consecutivos deve ser integralmente destinado.

Entretanto, a entidade, suas patrocinadoras e a Towers Watson decidiram por não efetuar a destinação e utilização dos recursos para revisão do plano em 31/12/2013, uma vez que verificou-se em estudo realizado com a adoção da taxa de juro de 3,5%, a ser obrigatoriamente utilizada a partir de 2018, conforme determina Resolução CGPC nº 26 de 29/09/2008 alterada pela Resolução CGPC nº 10 de 19/12/2012, não haveria registro de reserva especial. Com base no Art 9º da Resolução nº 26, de 29/11/2008, identificamos que o estudo realizado com a taxa de desconto de 3,5% conjugado com o estudo econômico-financeiro realizado pela Fundação Itaúsa no exercício de 2013 não indicam a perenidade das causas que deram origem ao superávit.

V - Variação do Passivo Atuarial

O quadro a seguir apresenta um resumo do passivo atuarial encerrado em 31/12/2013 comparado com o passivo atuarial encerrado em 30/06/2013 atualizado, pelo método de recorrência, para 31/12/2013.

	Valores em R\$		Variação em %
	Exercício Encerrado	Exercício Anterior Atualizado	
Passivo Atuarial	141.150.123,16	141.943.686,68	(0,56%)
Benefícios Concedidos	122.320.464,46	120.076.631,51	1,87%
Contribuição Definida	0,00	0,00	0,00%
Benefício Definido	122.320.464,46	120.076.631,51	1,87%
Benefícios a Conceder	18.829.658,70	21.867.055,17	(13,89%)
Contribuição Definida	0,00	0,00	0,00%
Benefício Definido	18.829.658,70	21.867.055,17	(13,89%)

A provisão matemática de benefícios a conceder reduziu enquanto a provisão matemática de benefícios concedidos aumentou, quando comparadas com as provisões matemáticas evoluídas, indicando que participantes ativos iniciaram o recebimento de benefício. A provisão matemática total variou dentro do esperado (variação de apenas 0,56%).

VI - Plano de Custeio

Tendo em vista a adoção do método agregado na avaliação dos benefícios oferecidos pelo plano e a situação financeira favorável na data da avaliação, não recomendamos contribuição para o exercício de 2013.

Conforme orçamento informado pela Fundação Itaúsa, as patrocinadoras deverão contribuir para o custeio das despesas administrativas de 2014 em valor equivalente a 11,34% da folha de salários de participantes. Estas despesas serão custeadas pelo retorno dos investimentos, pelo Fundo Administrativo, enquanto houver recursos neste, e pelas receitas administrativas.

VII - Conclusão

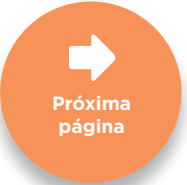
Face ao exposto, na qualidade de atuário responsável pela avaliação atuarial anual regular do Plano de Benefício Definido, proveniente da unificação dos Planos de Benefícios BD-DX, BD-Itaúsa e BD-Itautec da Fundação Itaúsa Industrial, informamos que o plano encontra-se solvente, tendo suas obrigações integralmente cobertas pelo Patrimônio de Cobertura do Plano.

Towers Watson Consultoria Ltda.

Rio de Janeiro, 20 de fevereiro de 2014

Lenir Cavalcanti
Consultora Sênior

Marta Arruda L. Pires
Atuária Sênior
MIBA nº 676



Parecer do Conselho Fiscal

Os membros efetivos do Conselho Fiscal da FUNDAÇÃO ITAÚSA INDUSTRIAL, nos termos do art. 15, inciso I do Estatuto Social, após exame do Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas, relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013, são de opinião que referidos documentos refletem adequadamente a posição financeira e patrimonial da Entidade em 31 de dezembro de 2013, recomendando sejam aprovadas pelo Conselho Deliberativo.

São Paulo, 12 de março de 2014.

Presidente: **José Roberto Deluca**

Conselheiros:

Alvaro Penteado de Castro

Antônio Borges da Costa

Irineu Govêa

Ricardo Garcia de Souza

Victor Zavagli Júnior

Parecer do Conselho Deliberativo

1. Em conformidade com o disposto no artigo 11, § 4º, alínea 'f', do Estatuto Social, o Conselho Deliberativo analisou o seguinte parecer lavrado pelo Conselho Fiscal em livro próprio em reunião realizada em 12 de março de 2014.

2. Analisados o Balanço Patrimonial, as demais Demonstrações Contábeis, Notas Explicativas e Pareceres Atuarial e dos Auditores Independentes, relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013, o Conselho Deliberativo concluiu pela exatidão de todos os documentos examinados, aprovando-os na íntegra.

São Paulo, 13 de março de 2014.

Presidente: **Raul Penteado de Oliveira Neto**

Vice-presidente: **João Jacó Hazarabedian**

Conselheiros:

Carlos Roberto Zanelato

Laerte Setubal Filho

Maurício Corrêa da Silva Moura

Ricardo José Baraldi

Resumo do Demonstrativo de Investimentos

Alocação dos Ativos por Carteira e Segmento

R\$ Mil

Carteira de Investimentos - TOTAL	Consolidado		Plano PAI		Plano BD		PGA	
	Valor	% sobre Total dos Investimentos	Valor	% sobre Total dos Investimentos	Valor	% sobre Total dos Investimentos	Valor	% sobre Total dos Investimentos
Carteira de Investimentos - Própria								
Segmento								
Renda Fixa	65.193	3,3%	63.617	3,7%	1.560	0,6%	15	0,8%
Renda Variável	1.986	0,1%	-	0,0%	1.986	0,8%	-	0,0%
Operações com Participantes	7.763	0,4%	7.762	0,4%	1	0,0%	-	0,0%
Depósitos Judiciais / Recursais	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
TOTAL - Carteira Própria	74.942	3,8%	71.379	4,1%	3.547	1,4%	15	0,8%
Carteira de Investimentos - Terceirizada								
Segmento								
Renda Fixa	1.702.847	85,5%	1.441.805	83,5%	259.151	98,6%	1.891	99,2%
Renda Variável	194.993	9,8%	194.993	11,3%	-	0,0%	-	0,0%
Estruturados	17.789	-	17.789	-	-	-	-	-
TOTAL - Carteira Terceirizada	1.897.840	95,3%	1.654.586	94,8%	259.151	98,6%	1.891	99,2%
Carteira de Investimentos - TOTAL								
Segmento								
Renda Fixa	1.768.040	88,8%	1.505.422	87,2%	260.711	99,2%	1.907	100,0%
Renda Variável	196.979	9,9%	194.993	11,3%	1.986	0,8%	-	0,0%
Estruturados	17.789	0,9%	17.789	1,0%	-	0,0%	-	0,0%
Operações com Participantes	7.763	0,4%	7.762	0,4%	1	-	-	-
Depósitos Judiciais / Recursais	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
Total dos Investimentos	1.990.570	100,0%	1.725.965	100,0%	262.699	100,0%	1.907	100,0%



Sumário

Próxima
páginaPágina
anterior

Composição das Carteiras de Investimentos

R\$ Mil

Carteira de Investimentos	Consolidado		Plano PAI		Plano BD		PGA	
	Valor	% sobre Total	Valor	% sobre Total	Valor	% sobre Total	Valor	% sobre Total
Títulos Públicos	1.236.539	62,1%	1.008.889	58,5%	226.641	86,3%	1.009	52,9%
LTN / NTN F	181.324	9,1%	181.065	10,5%	-	-	259	13,6%
LFT	244.130	12,3%	134.803	7,8%	108.770	41,4%	558	29,3%
NTNB	728.836	36,6%	611.491	35,4%	117.240	44,6%	106	5,5%
Caixa/Op Comp.	82.249	4,1%	81.530	4,7%	632	0,2%	87	4,6%
Títulos Privados	531.501	26,7%	496.533	28,8%	34.070	13,0%	898	47,1%
CDB	27.495	1,4%	27.456	1,6%	-	-	39	2,0%
LF	392.012	19,7%	360.538	20,9%	30.988	11,8%	486	25,5%
Debênture	59.832	3,0%	57.234	3,3%	2.480	0,9%	118	6,2%
Termo Pré	45.238	2,3%	44.984	2,6%	-	-	254	13,3%
FIDC	6.924	0,3%	6.322	0,4%	603	0,2%	-	-
Ações	196.979	9,9%	194.993	11,3%	1.986	0,8%	0	0,0%
Estruturados	17.789	0,9%	17.789	1,0%	-	-	-	-
Empréstimos	7.763	0,4%	7.762	0,4%	1	0,0%	0	0,0%
Consolidado	1.990.570	100,0%	1.725.965	100,0%	262.699	100,0%	1.907	100,0%

R\$ Mil

Carteira de Investimentos - TERCEIRIZADA	Consolidado		Plano PAI		Plano BD		PGA	
	Valor	% sobre Total	Valor	% sobre Total	Valor	% sobre Total	Valor	% sobre Total
DECOMPOSIÇÃO POR SEGMENTO / FUNDOS								
Renda Fixa	1.702.847	88,8%	1.441.805	87,1%	259.151	100,0%	1.891	100,0%
Fundos de Investimentos								
Exclusivos	1.700.956	88,8%	1.441.805	87,1%	-	-	-	-
13.482.677/0001-55 - BB STAR FI MULTIMERCADO CRÉDITO PRIVADO	179.910	9,4%	179.910	10,9%	-	-	-	-
10.366.827/0001-77 - ITAÚSA INDUSTRIAL FI RENDA FIXA CRÉDITO PRIVADO	586.832	30,6%	586.832	35,5%	-	-	-	-
03.618.274/0001-37 - NASHIRA FI MULTIMERCADO PREVIDENCIÁRIO CRÉDITO PRIVADO	675.063	35,2%	675.063	40,8%	-	-	-	-
05.575.512/0001-08 - CARTAGENA FI MULTIMERCADO CRÉDITO PRIVADO PREVIDENCIÁRIO	259.151	13,5%	-	-	259.151	100,0%	-	-
Abertos	1.891	0,1%	-	-	259.151	100,0%	1.891	100,0%
04.764.174/0001-81 - IB INSTITUTIONAL ACTIVE FIX FI MULTIMERCADO	1.891	0,1%	-	-	-	-	1.891	100,0%



Sumário

Próxima
páginaPágina
anterior

R\$ Mil

Carteira de Investimentos - TERCEIRIZADA	Consolidado		Plano PAI		Plano BD		PGA	
	Valor	% sobre Total	Valor	% sobre Total	Valor	% sobre Total	Valor	% sobre Total
Renda Variável	194.993	10,2%	194.993	11,8%	-	-	-	-
Fundos de Investimentos								
Exclusivos	52.728	2,8%	52.728	3,2%	-	-	-	-
16.954.615/0001-97 - CSHG GENEVE FIC AÇÕES	52.728	2,8%	52.728	3,2%	-	-	-	-
Abertos	142.264	7,4%	142.264	8,6%	-	-	-	-
10.263.609/0001-07 - ITAÚ PERSONNALITÉ MOMENTO FIC AÇÕES	22.454	1,2%	22.454	1,4%	-	-	-	-
01.063.897/0001-65 - ITAÚ SMALL CAP VALUATION FI AÇÕES	6.100	0,3%	6.100	0,4%	-	-	-	-
08.817.414/0001-10 - ITAÚ FOF RPI IBOVESPA ATIVO FIC AÇÕES	53.673	2,8%	53.673	3,2%	-	-	-	-
11.977.794/0001-64 - BTG PACTUAL ABSOLUTO INSTITUCIONAL FIC AÇÕES	44.137	2,3%	44.137	2,7%	-	-	-	-
14.122.488/0001-34 - BTG PACTUAL SMALL CAPS FI AÇÕES	4.029	0,2%	4.029	0,2%	-	-	-	-
09.290.813/0001-38 - BTG PACTUAL DIVIDENDOS FIC AÇÕES	11.871	0,6%	11.871	0,7%	-	-	-	-
Estruturados	17.789	0,9%	17.789	1,1%	-	-	-	-
Fundos de Investimentos	-	0,0%	-	-				
Abertos	17.789	0,9%	17.789	1,1%	-	-	-	-
01.214.092/0001-75 - BTG PACTUAL HEDGE PLUS FI MULTIMERCADO	17.789	0,9%	17.789	1,1%	-	-	-	-
Total	1.915.629	100,0%	1.654.586	100,0%	259.151	100,0%	1.891	100,0%

Rentabilidade

Segmento	Plano PAI		Plano BD		PGA	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012
Renda Fixa	2,08%	11,32%	1,46%	22,80%	6,45%	8,29%
Renda Variável	-3,40%	22,01%	-23,19%	34,93%	-	-
Operações com Participantes	9,64%	8,61%	9,63%	7,95%	-	-
Investimentos Estruturados	4,77%	-	-	-	-	-
TOTAL	1,46%	12,00%	1,28%	24,58%	6,45%	8,29%
Objetivo dos Planos:	10,46%	7,14%	9,78%	11,25%	8,06%	8,41%
<i>Referência:</i>	<i>IPCA + 4,50% ao ano</i>		<i>INPC + 4%</i>		<i>CDI</i>	

¹ entre 90% e 100%

Rentabilidade líquida e bruta

Segmento	Plano PAI		Plano BD		PGA	
	Líquida	Bruta	Líquida	Bruta	Líquida	Bruta
Renda Fixa	2,08%	2,16%	1,46%	1,47%	6,45%	8,26%
Renda Variável	-3,40%	0,83%	-23,19%	-23,19%	-	-
Operações com Participantes	9,64%	9,99%	9,63%	9,98%	-	-
Investimentos Estruturados	4,77%	6,81%	-	-	-	-
TOTAL	1,46%	1,89%	1,28%	1,29%	6,45%	8,26%

A rentabilidade bruta representa a rentabilidade dos ativos das carteiras antes da incidência de taxa de administração.
A rentabilidade líquida está deduzida das despesas administrativas dos investimentos, mas não das despesas administrativas do Plano PAI.

Quadro Comparativo da Alocação de Investimentos x Política de Investimentos x Resolução CMN 3.792 de Setembro de 2009

Segmento	Limites Máximos	Plano PAI	Limites Máximos	Plano BD	Limites Máximos	PGA	Limites Máximos
	Resolução CMN 3.792/2009	% observado	Política de Investimentos	% observado	Política de Investimentos	% observado	Política de Investimentos
Renda Fixa	Até 100%	88,43%	Até 100%	99,24%	Até 100%	100%	100%
Renda Variável	Até 70%	10,09%	Até 20%	0,76%	Até 20%	0%	0%
Estruturados	Até 20%	1,03%	Até 10%	0,00%	0%	0%	0%
Operações com Participantes	Até 15%	0,45%	Até 15%	0,00%	Até 5%	0%	0%

Comentários: Não foram observados desenquadramentos em relação à Política de Investimentos e a Resolução CMN 3.792 de setembro de 2009.

Despesas Relacionadas à Administração

R\$ Mil

Despesas Administrativas por Tipo		Despesas Administrativas por Plano / Gestão		
	2013		2012	2013
Pessoal e encargos ^{1 e 2}	2.056	Gestão Previdencial		
Sistemas de informação	549	Plano PAI	1.920	2.526
Serviços financeiros	509	Plano BD	233	373
Tributos	247	TOTAL	2.153	2.899
Taxa de custódia	230			
Comunicação	186	Gestão dos Investimentos		
Locação predial e condomínio	182	Plano PAI	1.157	1.617
Auditorias	175	Plano BD	103	140
Avaliação atuarial	164	TOTAL	1.260	1.757
Honorários advocatícios	135			
Consultorias	120	TOTAL Despesas Administrativas		
Contribuições às associações de classe	67	Plano PAI	3.077	4.443
Outras despesas	36	Plano BD	336	513
TOTAL	4.656	TOTAL	3.413	4.656
Despesas que não transitam pelo resultado		Indicadores de Desempenho		
Taxa de administração e custódia	1.105	Despesas Administrativas	3.413	4.656
Taxas ANBID/CETIP/CVM/SELIC	351	Investimentos	2.021.920	1.993.910
Corretagens e outras despesas	17	% Despesas Administrativas / Investimentos (a.a.)	0,17%	0,23%
TOTAL	1.473			

¹ As despesas com Pessoal e Encargos correspondem somente a pessoal próprio.

² Os colaboradores da Fundação Itaúsa Industrial com cargos de confiança são elegíveis para o recebimento de bonificação de acordo com a Política de Cargos e Salários da Entidade, por meio de critérios objetivos (metas individuais), nivelados pela Diretoria Executiva em função dos resultados da Fundação no exercício.

Resumo da Política de Investimentos – Plano PAI



Sumário



Próxima
página



Página
anterior

POLÍTICA DE INVESTIMENTOS - Informações aos Participantes

1. Entidade Fechada de Previdência Complementar:	FUNDAÇÃO ITAÚSA INDUSTRIAL	
2. Exercício:	2013	
3. Ata do Conselho Deliberativo / Data Assembleia:	07/11/2012 com revisão em 25/02/2013	
4. Plano de Benefício:	Plano de Aposentadoria Individual	
5. Índice de Referência do Plano:	Indexador - IPCA	Taxa de Juros - 4,50% a.a.
6. AETQ - Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado:		
6.1. Renda Fixa:		
6.2. Renda Variável:	Flavio Marassi Donatelli	
6.3. Imóveis:		
6.4. Financiamentos:		
7. Mecanismo de Informação da Política aos Participantes:	(X) Meio Eletrônico () Impresso	

QUADRO RESUMO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS DA EFPC, SEGUNDO REGULAMENTO ANEXO À RESOLUÇÃO CMN nº 3.792/2009

Alocação dos Recursos	8. Margem de Alocação			9. Diversificação
	Lim. Inf (%)	Lim. Sup (%)	Alvo (%)	
Renda Fixa	70	100	87,3	Limites da Resolução 3792/2009
Renda Variável	0	20	12,0	
Investimentos Estruturados	0	10	0	
Investimentos no Exterior	0	1	0	
Empréstimos e Financiamentos	0	15	0,7	
Imóveis	0	5	0	

10. Objetivos da gestão

A gestão de alocação entre os segmentos tem o objetivo geral de buscar o equilíbrio de longo prazo entre os ativos e as obrigações da Fundação, através da superação do IPCA + 4,50% ao ano, índice de referência do plano. As alocações objetivo foram definidas considerando o cenário macroeconômico e as expectativas de mercado vigentes quando da elaboração desta Política de Investimento. Os números refletem, portanto, a alocação estratégica dos recursos, sujeita a movimentações táticas de acordo com as condições de mercado. Mudanças no cenário macroeconômico inevitavelmente alteram as expectativas de retorno dos ativos, bem como suas volatilidades, o que pode obrigar os administradores do plano a buscar um novo ponto de equilíbrio dentro dos limites de alocação de cada segmento.

11. Critérios de Contratação - Administração de Carteiras de Renda Fixa e Renda Variável

Serão elegíveis os gestores de investimento que reconhecidamente operem em um ambiente de excelência em governança e controle de risco, e que ofereçam custos competitivos de acordo com os padrões do mercado. Para tal, a Entidade deverá seguir os procedimentos abaixo relacionados: -Deverá ser feita uma prospecção no mercado sobre os gestores em questão; -Obter o relatório de Due Diligence padrão da ANBIMA devidamente preenchido; -Se reunir com a equipe de gestão para entender seus processos, conhecer seus perfis e demais aspectos pertinentes à organização, oportunidade que poderá ser visitado o local da gestão para conhecer a estrutura física, bem como, os demais participantes da equipe; -Elaborar um relatório final e submeter à Diretoria Executiva para aprovação. Como condição de elegibilidade dos gestores de investimento, somente serão aceitos fundos que se proponham a disponibilizar a composição da carteira atualizada em período pré-acordado e/ou a qualquer momento quando solicitado pela Entidade. Essa condição é especialmente importante, pois sem as posições atualizadas não é possível verificar o enquadramento com a regulamentação pertinente, por exemplo, à Resolução CMN nº 3.792, assim como impossibilita a correta inferência do risco incorrido pelo fundo. Todo o processo de seleção quantitativo deverá ser sempre claro e auditável. Para isso é necessário que seja utilizado ferramental adequado e que se mantenha o histórico documental do processo. Além dos critérios de "Tracking Error", "Information Ratio" e "Índice de Sucesso", é recomendado que os fundos de gestão ativa selecionados sejam avaliados em relação a sua rentabilidade e volatilidade. As avaliações quantitativas utilizarão dados de, no mínimo, 12 meses.



Sumário

Próxima
páginaPágina
anterior

11. Critérios de Contratação - Administração de Carteiras de Renda Fixa e Renda Variável

RESTRIÇÕES: -Não serão elegíveis aplicações em fundos condominiais que no momento da aplicação possuam patrimônio líquido menor do que R\$ 30 milhões; -Não serão elegíveis aplicações em fundos condominiais que no momento da aplicação possuam histórico de cotas com periodicidade menor de 12 meses; -No momento da aplicação, um fundo condominial não poderá representar mais que 25% dos recursos totais do Plano; -O valor investido em fundos condominiais não deverá representar mais do que 20% do patrimônio líquido desse; -Serão elegíveis apenas os gestores que deem acesso detalhado à composição de sua carteira para fins de cálculo de risco e enquadramento sempre que necessário. Exceções às restrições listadas poderão ser analisadas pela Diretoria Executiva. No entanto, deverão ser justificadas e arquivadas junto ao histórico documental do processo.

12. Observância de Princípios de Responsabilidade Socioambiental

Os princípios socioambientais podem ser entendidos como um conjunto de regras que visam a favorecer o investimento em companhias que adotam, em suas atividades ou através de projetos, políticas de responsabilidade socioambiental. A maneira mais comum de adoção desse conjunto de regras ocorre por meio da adesão a protocolos ou iniciativas lideradas por órgãos da sociedade civil e organismos internacionais, como a Organização das Nações Unidas (ONU). A observância dos princípios socioambientais na gestão dos recursos depende, portanto, da adequação do processo de tomada de decisões, de forma que os administradores da Entidade tenham condições de cumprir as regras de investimento responsável. Como a Entidade possui uma estrutura enxuta e focada no controle de riscos, decidiu-se que, ao longo da vigência desta política, os princípios socioambientais serão observados sempre que possível, sem adesão a protocolos de regras.

13. Responsável, Local e Data

São Paulo, 20 de Janeiro de 2013

Flavio Marassi Donatelli
Diretor

Resumo da Política de Investimentos – Plano BD

POLÍTICA DE INVESTIMENTOS - Informações aos Participantes

1. Entidade Fechada de Previdência Complementar:	FUNDAÇÃO ITAÚSA INDUSTRIAL		
2. Exercício :	2013		
3. Ata do Conselho Deliberativo / Data Assembleia:	07/11/2012 com revisão em 25/02/2013		
4. Plano de Benefício:	Plano de Benefício Definido		
5. Meta Atuarial do Plano de Benefício:	Indexador - INPC	Taxa de Juros - 4,00% a.a.	
6. AETQ - Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado:			
6.1. Renda Fixa:			
6.2. Renda Variável:	Flavio Marassi Donatelli		
6.3. Imóveis:			
6.4. Financiamentos:			
7. Mecanismo de Informação da Política aos Participantes:	(X)	Meio Eletrônico	() Impresso

QUADRO RESUMO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS DA EFPC, SEGUNDO REGULAMENTO ANEXO À RESOLUÇÃO CMN nº 3.792/2009

Alocação dos Recursos	8. Margem de Alocação			9. Diversificação
	Lim. Inf (%)	Lim. Sup (%)	Alvo (%)	
Renda Fixa	90	100	100	Limites da Resolução 3792/2009
Renda Variável	0	10	0	
Investimentos Estruturados	0	10	0	
Investimentos no Exterior	0	1	0	
Empréstimos e Financiamentos	0	10	0	
Imóveis	0	0	0	



Sumário

Próxima
páginaPágina
anterior

10. Objetivos da gestão

A gestão de alocação entre os segmentos tem o objetivo geral de buscar o equilíbrio de longo prazo entre os ativos e as obrigações da Fundação, através da superação da taxa INPC + 4,00% aa, meta atuarial do plano. Essa alocação foi definida com base em estudo de macro alocação de ativos, elaborado com o intuito de determinar a alocação estratégica a ser perseguida ao longo do exercício desta Política de Investimento, ou com base na estratégia de gestão definida para o horizonte de tempo vigente nesta política. O gestor poderá ser autorizado a praticar alocações táticas com a finalidade de superar os benchmarks definidos para o plano. Mudanças no cenário macroeconômico inevitavelmente alteram as expectativas de retorno dos ativos, bem como suas volatilidades, o que pode obrigar os administradores do plano a buscar um novo ponto de equilíbrio dentro dos limites de alocação de cada segmento.

11. Critérios de Contratação - Administração de Carteiras de Renda Fixa

A Fundação realiza as seguintes análises:

Análise Qualitativa - consiste na utilização de rigorosos critérios para a seleção de administradores, objetivando um relacionamento consistente e transparente em busca de melhores resultados. Os principais tópicos analisados são: Histórico da Instituição, Filosofia de Atuação, Análise Legal, Metodologias de Gestão de Risco, Conflito de Interesses e Sistemas e Processos.

Análise Quantitativa - consiste em análises estatísticas dos fundos com objetivo de avaliação dos produtos administrados pelas Instituições.

12. Observância de Princípios de Responsabilidade Socioambiental

Os princípios socioambientais podem ser entendidos como um conjunto de regras que visam a favorecer o investimento em companhias que adotam, em suas atividades ou através de projetos, políticas de responsabilidade socioambiental. A maneira mais comum de adoção desse conjunto de regras ocorre por meio da adesão a protocolos ou iniciativas lideradas por órgãos da sociedade civil e organismos internacionais, como a Organização das Nações Unidas (ONU). A observância dos princípios socioambientais na gestão dos recursos depende, portanto, da adequação do processo de tomada de decisões, de forma que os administradores da entidade tenham condições de cumprir as regras de investimento responsável. Como a entidade possui uma estrutura enxuta e focada no controle de riscos, decidiu-se que, ao longo da vigência desta política, os princípios socioambientais serão observados sempre que possível, sem adesão a protocolos de regras.

13. Responsável, Local e Data

São Paulo, 20 de Janeiro de 2013

Flavio Marassi Donatelli
Diretor

Resumo da Política de Investimentos – Plano de Gestão Administrativa

POLÍTICA DE INVESTIMENTOS - Informações aos Participantes

1. Entidade Fechada de Previdência Complementar:	FUNDAÇÃO ITAÚSA INDUSTRIAL
2. Exercício:	2013
3. Ata do Conselho Deliberativo / Data Assembleia:	07/11/2012 com revisão em 25/02/2013
4. Plano de Benefício:	Plano de Gestão Administrativa
5. Índice de Referência do Plano:	CDI
6. AETQ - Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado:	
6.1. Renda Fixa:	
6.2. Renda Variável:	Flavio Marassi Donatelli
6.3. Imóveis:	
6.4. Financiamentos:	
7. Mecanismo de Informação da Política aos Participantes:	(☒) Meio Eletrônico (☐) Impresso

QUADRO RESUMO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS DA EFPC, SEGUNDO REGULAMENTO ANEXO À RESOLUÇÃO CMN nº 3.792/2009

Alocação dos Recursos	8. Margem de Alocação			9. Diversificação
	Lim. Inf (%)	Lim. Sup (%)	Alvo (%)	
Renda Fixa	100	100	100	Limites da Resolução 3792/2009
Renda Variável	0	0	0	
Investimentos Estruturados	0	0	0	
Investimentos no Exterior	0	0	0	
Empréstimos e Financiamentos	0	0	0	
Imóveis	0	0	0	

10. Objetivos da gestão

Os recursos dos planos de benefícios administrados pela entidade destinados à cobertura das despesas administrativas devem ser alocados em um fundo administrativo, que será feito de forma segregada (por plano) com uma parcela destinada às despesas específicas que competem a cada plano. A Fundação Itaúsa Industrial acompanhará o desempenho dos investimentos e poderá realizar estudos de otimização visando à obtenção das metas de longo prazo.

11. Critérios de Contratação - Administração de carteiras de Renda Fixa e Renda Variável

A Fundação realiza as seguintes análises:
Análise Qualitativa - consiste na utilização de rigorosos critérios para a seleção de administradores, objetivando um relacionamento consistente e transparente em busca de melhores resultados. Os principais tópicos analisados são: Histórico da Instituição, Filosofia de Atuação, Análise Legal, Metodologias de Gestão de Risco, Conflito de Interesses e Sistemas e Processos.
Análise Quantitativa - consiste em análises estatísticas dos fundos com objetivo de avaliação dos produtos administrados pelas Instituições.

12. Observância de Princípios de Responsabilidade Socioambiental

Os princípios socioambientais podem ser entendidos como um conjunto de regras que visam a favorecer o investimento em companhias que adotam, em suas atividades ou através de projetos, políticas de responsabilidade socioambiental. A maneira mais comum de adoção desse conjunto de regras ocorre por meio da adesão a protocolos ou iniciativas lideradas por órgãos da sociedade civil e organismos internacionais, como a Organização das Nações Unidas (ONU). A observância dos princípios socioambientais na gestão dos recursos depende, portanto, da adequação do processo de tomada de decisões, de forma que os administradores da entidade tenham condições de cumprir as regras de investimento responsável. Como a entidade possui uma estrutura enxuta e focada no controle de riscos, decidiu-se que, ao longo da vigência desta política, os princípios socioambientais serão observados sempre que possível, sem adesão a protocolos de regras.

13. Responsável, Local e Data

São Paulo, 20 de Janeiro de 2013

Flavio Marassi Donatelli
Diretor